

---

## **CONFERÊNCIAS E PALESTRAS**

---

# ENTRE O CARIBE E O BRASIL: PERSPECTIVAS DA IMIGRAÇÃO HAITIANA

Kátia Cilene do Couto  
Universidade Federal do Amazonas – UFAM  
Doutora em História  
Agência Financiadora CNPq

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar as relações históricas entre a Amazônia e o Caribe tendo como ponto de análise o atual processo migratório de haitianos para a região norte do Brasil iniciado em 2010, após a ocorrência de um terremoto que dizimou mais de duzentas mil pessoas. Neste trabalho pretendemos analisar os aspectos que apontam para as trajetórias migratórias que unem o Caribe e a grande Amazônia, que são pouco recorrentes na historiografia, incorporando nessa perspectiva, a trajetória atual dos haitianos.

**Palavras-Chave:** Brasil – Caribe – Migração

## Introdução

A perspectiva das migrações tem ganhado relevância atualmente e no caso específico da grande Amazônia que compreende a parte brasileira e também a internacional tem se evidenciado com a chegada em 2010 de imigrantes haitianos, senegaleses, dominicanos e outros; suas fronteiras tem sido porta de entrada para diferentes grupos migrantes, pois a nova rota estabelecida é a que liga Brasiléia no Acre a Iñapari no Peru. Diante desta perspectiva, um dos fluxos migratórios atuais, a chegada de haitianos na região amazônica chamou a atenção dos pesquisadores que se dedicam ao estudo das migrações por sua peculiaridade, uma vez que o Brasil não era o destino preferencial desses imigrantes, que antes se dirigiam principalmente para República Dominicana, Estados Unidos e Canadá.

Como se trata de uma migração recente tornou-se importante reconstruir suas trajetórias de migração buscando compreender: como esses imigrantes se organizam como grupo, suas estratégias de inserção na sociedade brasileira, entre elas a (re)emigração para cidades da região sul e sudeste do Brasil, assim como o processo de acolhimento dessa população na sociedade brasileira. Esses aspectos não serão tratados

profundamente neste trabalho, o intuito de apontar essas questões tem como finalidade indicar as nuances de investigação que o atual fluxo migratório inspira conhecer.

A recente imigração de haitianos para o Brasil provocou debates em torno da política migratória brasileira, o que possibilitou a elaboração de um novo projeto de Lei para imigrantes resultado de reuniões com diversos segmentos da sociedade e entidades ligadas aos imigrantes. A COMIGRAR (1º Conferência Nacional sobre Migração e Refúgio) realizada em São Paulo de 30 de maio a 1º de junho de 2014, discutiu sobre a necessidade da criação de um novo projeto de Lei e este foi elaborado buscando imprimir um olhar sobre as pessoas que chegam ao Brasil pautando-se nos Direitos Humanos e não mais na criminalização dessas pessoas.

Este trabalho é fruto de uma análise preliminar de uma pesquisa que está sendo realizada com os imigrantes haitianos a partir de um estudo interdisciplinar, tem como proposta além dos aspectos apresentados anteriormente, as trajetórias migratórias que unem Caribe e a grande Amazônia, mas que são pouco recorrentes na historiografia. Incorporando nessa perspectiva a trajetória dos haitianos para outras regiões do Brasil, o que faz desse grupo um elemento *sui generis* dentro do movimento migratório contemporâneo se comparado a outros grupos, pois os imigrantes haitianos têm recebido atenção em primeira instância da sociedade civil e posteriormente também do Estado que buscaram formas de inseri-los na sociedade brasileira. A Igreja Católica em Manaus, através da Pastoral do Migrante criou um movimento para a recepção dos imigrantes caribenhos, que posteriormente recebeu a solidariedade de Igrejas Protestantes, ONGs, famílias e empresas. A articulação dessas instituições teve como objetivo alimentá-los, alojá-los e dar-lhes empregos.

### **O Caribe e a Amazônia**

A migração é um aspecto importante para se entender como o Caribe e a Amazônia, pois através dela essas duas regiões tem estabelecido suas relações, que envolve não só o trânsito de pessoas, mas também de ideias. Isso ocorre desde o período colonial, pois o tráfico clandestino de mercadorias acontecia não só no Caribe propriamente dito, mas também nas colônias inglesas e francesas na América do Sul (as Guianas), voltadas para o Caribe e também para a Amazônia. Conseqüentemente em meio a essas relações comerciais, o trânsito de pessoas, presumia também o trânsito de ideias que possibilitava o intercuro entre diferentes culturas. A presença dos imigrantes

haitianos que tem chegado a Manaus nos permite pensar essas trajetórias, pois faz parte de um contexto histórico de relações que se apresentam desde os primórdios da colonização. Gerard Pierre Charles, sociólogo e ativista político haitiano, ressalta em seu livro *El Caribe y America Latina* a importância do Caribe no desenvolvimento do continente, “el Caribe como conjunto regional há ejercido historicamente una influencia notable en la evolución del continente”. (1980, p. 13.) O autor ressalta, porém, que essa aproximação histórica do Caribe e América Latina não tem sido suficiente para integrar as regiões e o que se manteve foi um certo isolamento entre ambas, com aproximações pontuais, mas não satisfatórias pelo elo pautado desde o passado através do comércio Atlântico,

El papel histórico del Caribe en America se há sobrepuesto al resquebramiento y a la dispersión del arco antillano. Se afina en la identificación plena de esa área, con los problemas y anhelos de los pueblos latino-americanos. Sin embargo, el Caribe no há logrado vencer su aislamiento en relación con Latinoamerica. Dicha insularidad, más que un fenómeno natural, viene a ser un hecho histórico, inseparable del fenómeno colonial. En efecto, la polarización de las identidades caribenhas y latinoamericanas del hombre de la calle, hasta latinoamericanas hacia esferas diferentes de dominación colonial e imperialista há implicado la imposición de moldes económicos y socioculturales diversos, dificultando así mismo la comunicación entre ambos conjuntos. De ahí este distanciamiento y desconocimiento recíproco próprio de las relaciones entre uno y otro, fenómeno cuyo alcance resulta y el cual abarca desde la percepción comum del hombre de la calle, hasta la preocupación del científico social, con vistas a lograr una visión completa de la realidad caribenha y continental”. (PIERRE CHARLES, 1980, p. 16.)

Em consonância com o pensamento de Pierre Charles vários especialistas caribenhos identificaram nas relações culturais entre o Caribe e América os aportes necessários para a partir de sua historicidade compreender, como disse Edouard Glissant (1997), a forma como a poética das relações foi sendo construída. A cultura é o campo que melhor pode vislumbrar os eixos dessa conexão.

Outro caribenho, o escritor Antônio Benítez Rojo em seu texto *El Caribe y la conexión afro-atlântica* ao analisar as relações afros e as conexões resultantes dela no próprio Caribe, enfatiza a complexidade e a riqueza de uma época em que o trânsito motivado principalmente pela mobilidade estabeleceu entre as culturas resultantes do contato no continente latino-americano. Ele cita Duncan Watts para explicar o conceito de conexão como essencial para se entender a dinâmica proporcionada e vivenciada no Caribe, e do Caribe com o continente latino-americano,

Si este período particular de la historia de la humanidad tuviera que ser caracterizado de manera sencilla, podría ser como uno en que el mundo está conectado más intensamente, más globalmente y a la vez más inesperadamente que en cualquier época del pasado. Y si esta época, que llamo la `época conectada`, debe ser comprendida, debemos aprender primero a como describirla científicamente; esto es, necesitamos una ciencia que estudie las redes de conexiones. (WATTS, 2002,p.13.)

Estudar as conexões a partir de uma perspectiva interdisciplinar é fundamental para uma análise mais profunda da sua dinâmica cultural, sejam elas motivadas pelas migrações, pela economia ou por laços afetivos.

O foco de interesse na cultura (BHABHA, 1994; HALL, 2003), para se entender os fluxos migratórios, está no movimento, na dinâmica, nas mudanças e suas conexões; entendendo-a como um elemento em transformação. Neste sentido, o Caribe como cultura de migrações forçadas e voluntárias, como sociedades fronteiriças que se criam e recriam tanto em seu marco geográfico como fora dele, se mostra como uma região próxima, ou semelhante a alguns processos que também acontecem na Amazônia. O que pode ocorrer nesses contextos de relações de diferença racial, religiosa, étnica, linguística, social, “os embates de fronteira acerca da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos; podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso”. (BHABHA, 1994, p. 21.)

Quando nos referimos por isso às fronteiras caribenhas não se trata de um estudo a partir da geopolítica e do peso dos interesses estratégicos das metrópoles em relação a este espaço geográfico, mas nos referimos à situação colonial múltipla, mesmo quando o próprio nome aglutinador do espaço geográfico procede destes interesses. Apesar de sua origem imperial, de objetividade colonizadora, a denominação Caribe foi também usada pelos próprios movimentos de libertação, gerando assim um novo significado ao termo, alusivo às lutas de seu povo e à resistência contra o imperialismo. O nome reúne as Antilhas, as West Indies (incluindo todas as ilhas, também as Bermudas, Bahamas e até as regiões continentais de Belize e as Guianas) a América Central e o Panamá. O conceito Caribe se torna mais complexo com as incorporações do México, Colômbia, Venezuela e Brasil (GAZTAMBIDE, 1996.)

Foram principalmente as interpretações homogeneizadoras, que sob a pressão metodológica, se apoiaram nas estruturas econômicas ou/e sociais e fizeram derivar a

unidade do Caribe da plantação. Em época mais recente em uma orientação mais cultural acrescentaram a esta a presença majoritária do negro, “a América das plantações ou afro-américa que inclui o sul dos Estados Unidos, o Caribe insular, Brasil e todos aqueles lugares onde prevaleceu a plantação como organização socioeconômica predominante” (WAGLEY, 1960). Outras interpretações mais atuais consideram o Caribe “entre o sul dos Estados Unidos e o norte do Brasil”. (GAZTAMBIDE, 1996p. 92.) O norte e até mesmo o nordeste do Brasil é incorporado nessa definição pela herança cultural que procede dos negros e da cultura das plantações, destas derivam a religiosidade, a língua e a música que expressam elementos dissonantes da cultura dominante e que podem ser vistas em todas as regiões onde o negro esteve presente e também a plantação.

Entendemos que há que considerar que são sociedades fronteiriças formadas pelo encontro de diferentes etnias, raças, culturas e que há um hibridismo resultante do mesmo, de maneira simultânea, manifestações da diferença e da separação. Esta hipótese se apoia na emergência de uma literatura caribenha que está redesenhando o Caribe e entendendo estas fronteiras como movediças e flexíveis. O Caribe está renovando ou reconfigurando o passado a partir do deslocamento, da dinâmica da migração, o estudo sobre a região caribenha aponta para a revisão das visões homogêneas do presente transformando o mesmo em um lugar excêntrico de experiência e poder. São as vozes cruzadas dos que se foram e dos que ficaram em seu local de origem aludindo ao deslocamento. O Caribe pode ser essa proposta de Fernando Ortiz do cozido cubano (*ajiaco*), o encontro do diferente em um mesmo prato, ou a falta de ordem. A representação cultural desses deslocamentos de homens e sua reconfiguração pelo exercício da literatura e a arte podem ser alguns dos caminhos heurísticos que nos leve a compreensão do Caribe.

O Brasil cultural caribenho segundo alguns especialistas compreende a região do norte e nordeste do Brasil que desde épocas remotas, foi um dos focos irradiadores de populações até o Caribe insular (GAZTAMBIDE, 2000). No entanto, a ideia de uma Amazônia caribenha, definida por uma hipotética ilha ligando os países: Brasil, Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Venezuela é recente (OLIVEIRA, 2011). Os numerosos rios transversais que uniam as “cuencas” do Amazonas e o Orinoco faziam relativamente fáceis as viagens das pequenas embarcações. O comércio que transitava pela região, especialmente nas fronteiras dos países vizinhos à Amazônia e que também

são ligados ao Caribe, atendiam tanto ao mercado oficial como o ilegal, ampliando o espaço de ação do comércio na região. As relações comerciais entre a Amazônia venezuelana e as cidades de Manaus e Belém realizavam-se pelos meios tradicionais de transporte. Segundo Wallace “nos povoados de San Carlos, Turiquin, San Miguel, Tomo e Maroa – habitados quase que exclusivamente por índios construtores de canoas” (WALLACE, 2004,p. 300.)

Mesmo que essas múltiplas relações entre as regiões norte e nordeste do Brasil com o Caribe não tivessem cessado nem quando a tecnologia encurtou as distâncias, existia uma visibilidade sobre a condição caribenha desta ampla região do Brasil. Os povos da mesma permaneceram com grande autonomia e descaso de seus governos que nunca puderam controlar este enorme país de dimensão continental. Assim foi-se desenvolvendo a cultura de relações entre etnias, raças e grupos diferentes que provocaram resultados inesperados, a chamada “surpresa” caribenha.

A partir dos “anos 40 do século XX, o chamado de Vargas de “Marcha para o Oeste” pretendeu de alguma maneira fortalecer, mediante uma centralização mais eficiente do ponto de vista estratégico, o estado nacional brasileiro” (CABRERA, 2002). A ideia era precisamente estabelecer os vínculos com o Brasil das sociedades autóctones formadas através de séculos de convivência com os países caribenhos fronteiriços: Venezuela, Colômbia, Guyana, Suriname e Guyana Francesa. Porém, mesmo hoje é mais fácil para o Caribe a comunicação com estas sociedades das fronteiras brasileiras do que com as grandes metrópoles europeias, e seus respectivos estados nacionais.

Abandonados a sua sorte durante séculos de convivência com os povos caribenhos as sociedades do norte e nordeste do Brasil revelaram um traço fundamental que os assemelha, a cultura de migração<sup>1</sup> que tem marcado não somente aos que se tem incorporado a outras sociedades e aos que permaneceram em seus países. As imagens sobre o lugar de destino são tão fortes para os que ficam que configuram a perspectiva da emigração de seus descendentes, porém por outra parte os que se foram não podem fugir dessa marca de lugar de origem presente em tantas das expressões literárias e artísticas produzidas mesmo nas metrópoles pelos imigrantes ou por seus descendentes.

---

<sup>1</sup> O conceito ‘cultura de migração’ é uma referência ao movimento populacional que ocorre no Caribe desde o período colonial motivada pelo comércio Atlântico que possibilitou o trânsito entre as culturas na região.

A experiência comum vivenciada por regiões desde o sul dos Estados Unidos até o norte do Brasil teria características semelhantes que poderiam tratar-se de uma experiência caribenha. Não descartamos a experiência da escravidão e da plantação como elementos que unificam, ou melhor, identificam essas áreas. Destacamos um outro elemento que possibilitou o intercâmbio entre elas, promotora da dinâmica cultural caribenha no seu sentido mais amplo. O movimento populacional, ou seja, as migrações tem sido um elemento dinamizador do contato entre culturas importantes não só no Caribe, mas na própria Amazônia.

Na fase áurea do ciclo da borracha aportaram na Amazônia trabalhadores negros, originários de diversas ilhas Caribenhas, como: Barbados, Trinidad, Jamaica, Santa Lúcia, Martinica, São Vicente, Granada entre outras de colonização inglesa, para trabalharem na ferrovia Madeira-Mamoré e nas firmas inglesas instaladas na região (LIMA, 2006). Esses trabalhadores recebiam a denominação homogeneizadora de “barbadianos”, identificando-os a um único grupo nacional. O fato de falarem inglês e serem anglicanos se constituiu, em um traço peculiar e integrador na identificação dos imigrantes caribenhos pela população local e também por ser um traço identitário de maior projeção entre os próprios imigrantes.

O incentivo à imigração para o Amazonas na segunda metade do século XIX transcorria dentro da política vigente para outras regiões do país, priorizavam primeiramente imigrantes europeus. Outros grupos étnicos eram contratados mediante a falta de imigrantes chamados “desejáveis”. Os estudos sobre a migração de trabalhadores caribenhos<sup>2</sup> para a grande Amazônia necessitam de maior aprofundamento sobre as formas de contratação, recrutamento e relação trabalhador/empresa, outro aspecto importante é a transculturação vivenciada por eles no contexto do trabalho e a sua construção identitária mediada pelas empresas contratantes que estabeleciam o cotidiano vivenciado pelos imigrantes no âmbito das atividades diárias.

As pesquisas realizadas sobre esses imigrantes apontam que os caribenhos,<sup>3</sup> instalaram-se em Belém, Manaus, Porto Velho.

A navegação a vapor avançava, ou melhor, os navios, sobretudo estrangeiros, avançavam sobre a região, transportando pessoas, mercadorias,

---

<sup>2</sup> Neste caso utilizamos o termo caribenhos e não antilhanos para dar ênfase à região geográfica.

<sup>3</sup> Dados da Pastoral do Migrante (Manaus)

ideias, ou “pessoasmercadoria”, através do Porto de Belém, que demarcava a entrada para os demais “rincões” da Amazônia. Ao lado dos interesses de Estado, estavam os interesses de particulares, através de diversas firmas. Dentre os projetos implementados com vistas ao desenvolvimento, sobretudo econômico, da região, também se viabilizava o da implantação das ferrovias. E a história, ou a grande aventura, da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, neste sentido, tem muito para nos contar sobre a experiência dos trabalhadores na região (LIMA, 2006, p. 15).

Roseane Lima ressalta em seu trabalho que a experiência vivenciada pelos “barbadianos” na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré era o que se poderia considerar de “situação limite”, pelas condições de trabalho, a tensão promovida pela vivência diária em um ambiente a ser desbravado, as doenças como a malária que colocavam a vida dos trabalhadores em risco, faziam do trabalho e do cotidiano na floresta um quadro incomum onde as relações eram mediadas pelos administradores da empresa (LIMA, 2006).

### **Os haitianos: viver no Brasil**

A temática das migrações tem sido abordada a partir de diferentes enfoques teórico-metodológicos e numa perspectiva interdisciplinar, o que não constitui um problema, mas uma riqueza, pois como um fato social total (SAYAD, 2000), ela põe em movimento as sociedades de origem e destino, os Estados Nacionais, os imigrantes/emigrantes e grupos com diferentes interesses.

O novo contexto mundial imprime uma nova dinâmica nos processos migratórios, forjando novos fluxos, novas relações de trabalho e culturais. O fato do Brasil ser escolhido como destino pelos haitianos, prefigura em termos políticos a ampliação do papel do Brasil nas suas relações exteriores como país que tem expandido sua influência no contexto internacional e no caso específico do Haiti, está a sua atuação junto a ONU, como um dos países membros que atuam no processo de “(re) construção” do país.

Mediante essa presença militar no Haiti, o Brasil imprimiu na população haitiana um imaginário de prosperidade e de possibilidades que antes eram assimilados em relação a outros países como Estados Unidos e Canadá. A presença também de Ongs (Viva Rio), e da igreja (Católica e Protestante) atuam como intermediadores culturais na construção desse imaginário, fazendo do Brasil um lugar possível para um novo

começo. As experiências e as memórias se entrecruzam construindo novos espaços de interlocução através desses agentes.

Este estudo no que tange ao propósito de reconstruir o percurso migratório dos haitianos para o Brasil, suas motivações, trajetos, mobilidades internas, seus contatos com o Haiti; baseou-se nas ações impetradas pelo governo brasileiro no atendimento aos imigrantes haitianos que chegaram ao Amazonas; recorrendo às entidades e às suas ações no atendimento aos imigrantes.

Partimos das hipóteses de que consideram a migração como parte do processo de reprodução do capital e como estratégia de resistência das populações subalternas nos países emissores. Daí a aceitação do conceito subalternidade no sentido utilizado pela historiografia pós-colonial como coloca Guha (2000).

A ação da migração destas populações está inserida em uma cultura construída frente às opressões dos grupos dominantes nos países emissores e atualmente pelas condições emergenciais ocasionadas por fatores climáticos. Este conceito conjugado com o de fronteira permite um diálogo mais frutífero com a dimensão empírica. O processo da inserção destas populações subalternas de trabalhadores, qualificados e não qualificados, pode ser analisada na visão dos diversos autores que têm chamado a atenção para as fronteiras transnacionais em uma definição permeada pelos fenômenos de reinserção cultural. Estes autores definem as fronteiras como espaços não contíguos e tempos simultâneos onde transcorrem fenômenos de permanência e recriação nas relações entre populações marginalizadas de diferentes etnias, culturas, raças etc. As fronteiras simbólicas permitem analisarmos o sistema de migração no seu conjunto, relacionando tanto os sujeitos que migram quanto os que os recebem.

### **As forças de Paz da ONU e a presença do Brasil no Haiti**

No contexto Amazônico, a temática sobre a imigração haitiana tem sido abordada de forma preliminar, a partir de diferentes enfoques. Há um interesse crescente dos pesquisadores por este fenômeno, podendo a migração ter uma continuidade ou não, já que a situação socioeconômica do Haiti parece não ter sofrido mudanças significativas desde o terremoto que assolou aquele país em 2010. Nesse contexto de falta de perspectivas, onde mais de 400 mil pessoas ainda vivem sob barracas de lonas e sofrendo ameaças de despejo, a emigração tem sido uma saída para essa população que

em busca de melhores condições de vida viram no Brasil a possibilidade de uma nova perspectiva. A presença da ONU no Haiti se deu segundo a justificativa da instabilidade ocasionada pela deposição do cargo de presidente de Jean Bertrand Aristide. No dia 29 de fevereiro de 2004, o Conselho de Segurança da ONU a pedido do presidente Boniface Alexandre, sucessor de Aristide, autorizava através da Resolução 1559, o envio ao Haiti de uma força de ajuda multinacional (PIERRE CHARLES, 2004). Boniface Alexandre temia as manifestações ocasionadas pela população revoltada com a deposição de Jean Bertrand Aristide; as imagens veiculadas pela TV promoviam a ideia de instabilidade e de descontrole (PIERRE CHARLES, 2004). A decisão adotada pelo órgão internacional, segundo relata Gerard Pierre Charles, “parecia corresponder al reconocimiento del ‘derecho de injerencia’ preconizado desde algunos años por ciertos Estados como próprio para enfrentar situaciones excepcionales de crisis y de incapacidad de assumir el poder o de enfrentar un conflicto agudo por parte del Estado. Correspondía a lo que parecia ser una situación susceptible de desembocar en el caos o en una guerra civil” (PIERRE CHARLES, 2004, p. 6). A intervenção foi uma forma e intenção do governo haitiano de controlar principalmente os movimentos sociais pró-Aristides, inconformes com a sua saída do poder.

A situação política e social do Haiti sob a tutela das Forças de Paz é criticada por lideranças do movimento social e por intelectuais. Por ocasião da realização do 10º CONCURT (Congresso da Cut) realizado em 2009, o secretário geral da Central Autônoma dos Trabalhadores do Haiti, Louis Fignolé Saint-Cyr e o secretário geral da Confederação dos Trabalhadores do Haiti Raphael Dukens falaram na ocasião sobre o significado da presença da MINUSTHA no país:

**Cut:** Depois da invasão das tropas brasileiras no Haiti qual é o quadro geral do país? A situação está melhor ou pior?

**Raphael Dukens:** Há um aumento do problema da segurança principalmente. Mas isso é resultado das medidas do governo atual que liquidaram todo o sistema público com privatizações e com políticas neoliberais.

**Cut:** Fale um pouco da Minustah. Qual é o papel da Minustah no Haiti?

**Raphael Dukens:** Esta é uma iniciativa da França, dos Estados Unidos e do Canadá. Instituído desde 2004 e é um plano implantado no Haiti encabeçado pelo governo do presidente Lula, que enviou tropas em nome das Nações Unidas. Mas eles estão reprimindo tudo que nós exigimos, não toleram nenhuma atitude democrática e progressista ou movimentos que exigem o fim da Minustah e sua volta imediata ao Brasil. Isso é contraditório, porque o Brasil não tem uma história de conquistador, de promover guerras, e é isso que está sendo feito em nosso país.

**Cut:** O argumento apresentado pela grande mídia brasileira é de que a ocupação é necessária porque há gangues armadas nos bairros do Haiti. Qual a verdade?

**Raphael Dukens:** A imprensa brasileira passa essas informações sem conhecer os fatos. Nós convidamos a imprensa brasileira para ir ao Haiti e se juntar ao Comitê Internacional de Investigação para ir lá e verificar se há grupos armados. Isso não existe. Nenhuma parte do mundo conta com condições totais de segurança e isso vem sendo utilizado para justificar a ocupação.

**Cut:** Vocês apresentam, inclusive, números sobre a violência que são menores que no Brasil.

**Louis Figolé:** são menores que no Brasil. Nós apresentamos números sobre a criminalidade no Brasil que são de 22% e em nosso país é de 5%. Em uma população de oito milhões e 80% não tem emprego não tem como existir segurança. Enquanto o atual governo do Haiti continuar com sua política entreguista e com a ocupação do Haiti pelos Estados Unidos e pelo Canadá será difícil mudar esse quadro de agitação social que a Minustah encabeça. O Haiti é um país pacífico.

A posição dos líderes sindicais Raphael Dukens e Louis Figolé de que a ocupação inibe iniciativas em prol da democratização do país é endossada pelo sociólogo Jean Anil Louis Juste, que em sua tese intitulada *Internacional Comunitária: ONGs chamadas alternativas e Projeto de livre individualidade*, defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, destaca que a presença das Ongs no país endossa uma rede que pela prerrogativa de ajuda humanitária impossibilita a organização social dos movimentos populares e sociedade civil em geral, sustentando o discurso e as ações de intervenção a partir de uma pseudo solidariedade promovida pela internacional comunitária.

Desde 2004 o Brasil integra o Corpo de Paz da ONU, sendo o país responsável para orientar as ações desta entidade no Haiti. As discussões apresentadas pelo parlamento brasileiro sobre a importância do Brasil participar ou não desta missão pode ser analisada nos discursos proferidos pelos parlamentares através do *Jornal do Congresso*. A presença dos soldados brasileiros e suas ações aplicadas no cotidiano dos haitianos, sejam relativas à segurança e saúde, podem ter auxiliado na aproximação dos haitianos a uma imagem positiva do Brasil, fortalecida pela presença de outras instituições brasileiras no Haiti.

O fenômeno da imigração haitiana para o Brasil enseja várias interrogações, bem como diferentes perspectivas de explicação. À primeira vista, as explicações econômicas parecem dar conta de compreender a saída dos haitianos em consequência de questões estruturais, já que o Haiti tem sido historicamente exportador de matérias

primas. Além dos problemas econômicos acrescentam-se os de ordem política e ecológica, pois o país tem sofrido diferentes desastres ambientais, como furacões e terremotos. Entretanto, é preciso ir além de questões meramente estruturais para entendermos as especificidades do fenômeno das migrações no mundo contemporâneo, que inclui imigrantes qualificados e pouco qualificados, documentados e não documentados, políticas de legalização ou de restrições, refugiados políticos e ambientais, homens, mulheres e crianças em busca de dias melhores, ainda que para isso tenham que arriscar a própria vida e endividar-se para tentar realizar seus sonhos. Com o crescente controle da entrada de imigrantes nos países centrais e a sua xenofobização, a busca de outras alternativas, de rotas, passa a ser uma questão de tempo. E o Brasil passou a ser uma dessas possibilidades em razão das notícias de crescimento econômico e da demanda de mão de obra para as grandes obras de infraestrutura, hipóteses que se apresentaram decorrentes do contato com os soldados brasileiros da missão, religiosos e Ongs brasileiras já citadas. A ong Viva Rio é um exemplo, pois está no Haiti desde 2008 desenvolvendo diversas atividades junto à comunidade, como demonstram os documentos disponibilizados pela instituição através de seu site.

### **Do Haiti para o Brasil: o Outro, o Eu e as Relações**

O terremoto em janeiro de 2010 provocou uma reviravolta na realidade haitiana, atingindo o país de uma forma profunda. Ao contrário dos trabalhadores caribenhos que aportaram na selva Amazônica, destinados ao trabalho na estrada de ferro Madeira-Mamoré, os haitianos chegaram ao Brasil solicitando a condição de “refugiados”, embora essa categoria não tenha sido considerada pelo CONARE, órgão que cuida da situação dos refugiados no Brasil, para tratar da situação dos haitianos. Não encontrando base legal para conceder-lhes o estatuto de refugiados, pois, segundo o CONARE, no Haiti não há perseguições políticas, religiosas ou raciais, os pedidos foram encaminhados ao Conselho Nacional de Imigração (CNIG), que encontrou uma saída, concedendo-lhes um visto humanitário. Segundo o presidente do CNIG, Paulo Sergio de Almeida, até maio de 2012 haviam sido concedidos 3.100 vistos e cerca de 5 mil carteiras de trabalho, hoje esse número chega em torno de dez mil.

O trajeto de grande parte dos haitianos seguiu a rota via República Dominicana, passando pelo Panamá, Equador, Peru e Brasil, entrando por Tabatinga (AM) ou Brasília (AC). Segundo Henrique Corinto, Secretário Adjunto de Direitos

Humanos no Acre, “constitucionalmente o Brasil é um país de fronteiras abertas, não fecha as portas, ou nega abrigo para nenhuma nação. Por isso, eles chegam de forma ilegal, mas não são expulsos e conseguem a documentação para trabalho no Brasil” (Campos, 05 jan. 2012).

Chegando em Brasília ou em Tabatinga, o primeiro passo para os imigrantes era apresentarem-se a um posto da Polícia Federal para dar início ao processo de documentação, que levava em média 45 dias para ficar pronto. Do Haiti para o Acre é uma longa viagem,

Os haitianos deixam Porto Príncipe, capital do país, passam pela República Dominicana, Panamá, Equador e desembarcam em Lima, no Peru. De lá o roteiro feito até então de avião segue por terra até a cidade de Puerto Maldonado, distante cerca de três horas de carro do município acreano de Brasília, onde eles se refugiam” (Campos, 05 jan. 2012)

Dados levantados sobre os haitianos em Manaus e Tabatinga por Silva (2012) e Fabiane Vinente membros do Grupo de Estudos sobre Migração no Amazonas (GEMA), foram recolhidos através da aplicação de questionários com variáveis relativas à educação, atividades trabalhistas e composição familiar. No caso de Manaus, os questionários foram aplicados pela Pastoral do Migrante como forma de identificação de quem chegava e os mesmos foram emprestados aos pesquisadores para que pudessem traçar um perfil dos imigrantes. Os dados apontam que os primeiros grupos que chegaram eram em geral jovens, do sexo masculino, com uma idade média dentro de uma faixa etária que vai dos 25 aos 35 anos.

A maioria se declarou solteira, contudo, mesmo entre aqueles que se declaram solteiros, há casos de homens que afirmam ter filhos ou que conviveram com alguma companheira no Haiti. Aliás, vale notar que a presença de mulheres e de crianças era escassa, pelo menos no primeiro ano da entrada deles no Brasil, fato que começou a mudar com a chegada de alguns grupos familiares completos. Com relação ao nível de escolaridade, cerca de 55% apresenta um nível de formação que corresponde ao ensino básico e médio no Brasil, muitos ainda de forma incompleta. Considerando o alto índice de analfabetismo no Haiti, 38% entre a população acima de quinze anos, há casos também daqueles que se declararam iletrados. Contudo, há entre eles um expressivo número que afirmam ter cursos técnicos, cerca de 30%, oferecidos, inclusive, por instituições internacionais, como por exemplo, a UNICEF que preparou agentes para combater o cólera. Outros afirmam terem feito tais cursos na República Dominicana,

onde permaneceram temporariamente para trabalhar ou de forma definitiva. Poucos são os casos que apresentam um nível compatível com o ensino superior no Brasil, aproximadamente 20%, muitos deles ainda inconclusos. Em geral relatam que no Haiti trabalhavam no comércio, construção civil, agricultura, ensino, transporte, atividades informais ou empregos temporários em alguma organização não governamental (ONGs).

Do ponto de vista da origem é possível visualizar alguns locais de partida mais expressivos como a capital Port-au-Prince, o Porto de Gonaives, Cap-Haitien, Jacmel, Ganthier, Léogane, Port-Pax, entre outras com menor número de imigrantes. Isto revela que eles são oriundos das mais diferentes regiões do país e não somente da capital, cidade mais atingida pelo terremoto. Outros vieram diretamente da República Dominicana, onde já viviam por vários anos ou migravam temporariamente para trabalhar (SILVA, 2012, p. 305). Entretanto, é preciso investigar melhor as trajetórias desta imigração desde os supostos locais de origem.

Transcorridos dois anos da presença deles no Amazonas, a maior partemigrou para outras regiões do Brasil, como o Sudeste e o Sul, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Outra parte permanece na capital amazonense, inseridos em alguns setores do mercado de trabalho, como a construção civil, indústria, comércio e prestação de serviços em geral. Frente a este cenário de transição e inserção na realidade brasileira, algumas questões ainda permanecem sem respostas, dado o caráter recente deste novo fluxo migratório no cenário brasileiro. Entre elas destacamos as estratégias utilizadas por eles para se organizarem enquanto grupo frente aos desafios encontrados em diferentes contextos. A dispersão deles por várias cidades do Sudeste e Sul, não seria um elemento que dificultaria a organização dos mesmos enquanto um possível “grupo étnico”, a exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos ou em outros países onde eles já se fazem presentes durante décadas. Ainda na perspectiva da inserção sociocultural, vale lembrar os recortes de gênero como um ponto importante de análise, já que a presença feminina aumentou durante os fluxos migratórios nos anos de 2012, 2013 e 2014. Nesse sentido cabe entender o protagonismo feminino na organização da rede migratória e seu papel no projeto de migrar, uma vez que se trata de seleção feita em família, escolhendo o indivíduo capaz de levar o projeto como meta. O processo de “racialização” dessa força de trabalho, foi constatado por Mello Rosa (2010) na República Dominicana, no Brasil os casos de racialização não se evidenciaram, mas

estavam presentes nos discursos proferidos através dos jornais. Os imigrantes haitianos, recém-saídos de uma catástrofe, são assimilados como vítimas e nessa condição qualquer trabalho deve ser aceito como condição de subalternização à lógica de necessidade pensada pelo outro. Mas essa lógica nem sempre é assimilada pelo haitiano, que busca trabalhos que ofereçam melhores salários e reivindicam seus direitos, surpreendendo muitas vezes o patrão não preparado para essa “rebeldia” da parte de um estrangeiro recém-chegado.

### Referências Bibliográficas

APTER, A. An African origins: creolization and connaissance in Haitian vodou. **American Ethnologist**, v.29, n.2, p. 233-260, 2002.

ARAGÓN, Luis. Migração Internacional na Pan-Amazônia: o que dizem os censos. In: SILVA, Sidney. (Org.). **Migrações na Pan-Amazônia**. Fluxos, fronteiras e processos socioculturais. Manaus: Fapeam, 2012. p. 15-59.

BABHA, Homi. **O local da Cultura**. Londres: Routledge, 1994.

BATISTA, Djalma. **Amazônia: Cultura e Sociedade**. Manaus: Editora Valer, 2006.

BENÍTEZ-ROJO, Antonio. El Caribe y la conexión afro-atlántica. In: CABRERA, Olga; ALMEIDA, Jaime. (Orgs.). **Caribe: sintonias e dissonâncias**. Goiânia: CECAB, 2004.

BLACKMAN, Cledenice. Os imigrantes antilhanos de Porto Velho. In: CAMPOS, A. P.; GIL, A. C. A.; SILVA, G. V. da; BENTIVOGLIO, J.C.; NADER, M. B. (Orgs.). **Anaiseletrônicos...** III Congresso Internacional Ufes/Université Paris-Est/Universidade do Minho: territórios, poderes, identidades (Territoires pouvoirs, identités). Vitória: GM Editora, 2011. p. 1-12.

BRODWIN, P. Pentecostalism in translation: religion and the production of community in the Haitian diaspora. **American Ethnologist**, v.30, n.1, p. 85-101, 2003.

CABRERA, Olga. Identidades em transito culturas de migração. In: ZAVALA, Maria Theresa Cortes; CABRERA, Olga. (Orgs.). **Región / frontera y prácticas culturales en la historia de America Latina y El Caribe**. Morelia: Universidad Michoacana de San Nicolas de Hidalgo, 2002. v. 1.

CAFFEU, A. P; CITTI, D. Só viajar! Haitianos em São Paulo: um primeiro e vago olhar. **Travessia**– Revista do Migrante, n. 70, p. 107-113, jan.-jun. 2012.

CAMPOS, Tatiana. Fuga para a esperança. **Notícias do Acre**. Disponível em: <http://www.agencia.ac.gov.br/noticias/acre/fuga-para-a-esperanca>. Acesso em: 05 Jan. 2012.

CASTOR, Susy. Haítí: de la ruptura a la transición. **Revista Nueva Sociedad**, n.82, p.54-63, Mar.-Abr. 1986.

CARBALLO, M., NERUKAR, A. Migration, refugees, and health risks. **Emerging Infectious Diseases**, V. 7, n.3, p. 556-560, 2001.

CARPENTIER, Alejo. **La cultura em Cuba y em el mundo**. La Habana: Instituto Cubano del Libro, 2003.

\_\_\_\_\_. **O século das luzes**. São Paulo: Global, 1985.

CERTAU, Michel de. **A cultura no Plural**. Campinas: Papirus, 1995.

CESAIRE, Aimé. En guise de manifeste littéraire. **Tropique**, Fort-de-France, n.5, p. 7-12, avril, 1942.

CHAMOISEAU, Patrick; BERNABÉ, Jean; CONFIANT, Raphaél. **Éloge de la criolité**. Paris: Gallimard, 1990.

CHAUNU, Pierre. **Conquista y explotación de los nuevos mundos**. Barcelona: Editorial Labor, 1973.

CONTUGUIBA, G. C.; PIMENTEL, M.L. Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho. **Travessia – Revista do Migrante**, n. 70, p. 99-106, jan.-jun.2012.

COSTA, Pe. Gelmino A. Haitianos em Manaus: dois anos de imigração – e agora!. **Travessia– Revista do Migrante**, n. 70, jan.-jun. 2012.

DALMASO, F. F. **A magia em Jacmel**: uma leitura crítica da literatura sobre vodú haitiano à luz de uma experiência etnográfica. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu nacional, Rio de Janeiro, 2009.

DAYAN, Joan. **Haiti, History, and the Gods** (Introduction). Berkeley: University of California press, [s/d].

DUPUY, A. From Jean-Bertrand Aristide to general Latortue: the unending crisis of democratization in Haiti. **Journal of Latin American Anthropology**, v.10, n.1, p. 186-205, 2005.

FERGUSON, J. **Migration in the Caribbean**: Haiti, the Dominican Republic and beyond. Minority Rights Group International, 2003.

GAMMAGE, S. Exercising exit, voice and loyalty: a gender perspective on transnationalism in Haiti. **Development and Change**, v.35, n. 4, p. 743-771, 2004.

GAZTAMBIDE, Antonio. La invención del Caribe en el siglo XX. Las definiciones del Caribe como problema histórico y metodológico. **Revista Mexicana del Caribe**, v. 1, n. 1, p. 74-96, 1996.

\_\_\_\_\_. Identidades internacionais y cooperación regional en el Caribe. **Revista Mexicana del Caribe**, v. 5, n. 09, p.6-38, 2000.

GLICK SCHILLER, N. Ethic groups are made, not born: the Haitian immigrant and American politics. In: HICKS, G.; LEIS, P.E. (Eds.). **Ethnics encounters**. North Scituate, Mass: Duxbury Press, 1977.

GLISSANT, Edouard. **El discurso antillano**. La Habana: Fondo Editorial Casa de las Américas, 2010.

GONÇALVES, Guilherme. Haitianos pedem apoio aos delegados do CONCURTO pelo fim da ocupação. **CUT – Central Única dos Trabalhadores**, 06 Ago. 2009. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/10-concut-entrevista-48d7/>. Acesso em: 14 Nov. 2013.

GREENFIELD, S. M. Barbadian in the Brazilian Amazon. **Luso-Brazilian Review**, V. 20, n. 1, p. 44-64, 1983.

GUHA, Radinjit. **La muerte de Chandra**. História y Grafía. Ciudad de Mexico: Universidad Metropolitana, 2000.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, UFMG, 2003.

HANDERSON, J. Religiosidade afrodiáspórica como elemento constitutivo do Estado-Nação. **Identidade**, São Leopoldo, v. 16, n.2, jul.-dez. 2011.

HUNT, Lynn. **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JAMES, E.C. Haiti, insecurity, and the politics of asylum. **Medical Anthropology Quarterly**, v. 25, n.3, p. 357-376, 2011.

LIMA, Maria Roseane Corrêa Pinto. **Barbadianos Negros e Estrangeiros**– Trabalho, racismo, identidade e memória em Belém de início do século XX. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

\_\_\_\_\_. **Ingleses pretos, Barbadianos Negros, Brasileiros Morenos?** Identidades e Memórias (Belém séculos XX e XXI). 2006. Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

LIMA, Marcos Costa; ZÁRATE BOTÍA, Carlos Gilberto; LYRA JÚNIOR, Américo. Governabilidade e fronteira: os desafios amazônicos. Boa Vista: Editora da UFRR, 2012.

MARTIN, P.; MIDGLEY, E., TEITELBAUM, M. Migration and development: whiter the Dominican Republic and Haiti? Center for Migration Studies of New York. **International Migration Review**, v.36, n.2, 2002.

MELLO ROSA, Renata de. Subjetividade e subversão do racismo: um estudo de caso sobre os haitianos na república dominicana. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XVIII, n.34, p. 99-112, jan./jun. 2010,

MENEZES, Nilza. Gênero e religiosidade na comunidade caribenha de Rondônia. **Revista Mandrágora**, n. 16, v. 16, 2010.

MINTZ, Sidney. **Caribbean Transformations**. Baltimore University Press, 1984.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. Os holandeses na Amazônia Caribenha Colonial: dos Caminhos Históricos aos processos das Relações Internacionais. In: **Anais... XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, jul. 2011.

ORTIZ, Fernando. **El contrapunteo cubano del azúcar y del tabaco**. Cuba: Editorial de ciencias sociales, La Habana, 1983.(Del fenómeno de la “transculturación” y de su importancia en Cuba)

PATARRA, Neide Lopes. O Brasil: país de imigração? **Revista E-metropolis**, n. 9, ano 3, jun. 2012.

PIERRE-CHARLES, Gerard. **El Caribe y la America Latina**. En relaciones internacionales y estructuras sociopolíticas en el Caribe. México: UNAM, 1980.

\_\_\_\_\_.Crisis del Estado e intervención internacional en Haiti. **e-I@tina Revista Eletrónica de Estudios Latinoamericanos**, v. 3, n. 9, p. 3-10, octubre-diciembre 2004.

POTTER, Amy E. Voodoo, Zombies, and mermaids: U.S. newspaper coverage of Haiti. **The Geographical Review**, n. 99, v. 2, p. 208-230, Apr. 2009.

ROCHA REIS, Rossa. A política do Brasil para as migrações internacionais. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 1, p. 47-69, jan.-jun. 2011.

RICHMAN, Karen. A more powerful sorcerer: conversion, capital, and Haitian transnational migration. **New West Indian Guiden**, n.82, v.1-2, 2008.

RODRIGUES, L.C. **Francês, crioulo e vodu**: a relação entre língua e religião no Haiti. 2008. Tese (Doutorado em Letras Neolatinas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SAHLINS, Marchall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_.**Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHILLER, N. G.; BARCH, L. E BLANC, C.S. From immigrant to transmmigrant: theorizing transnational migration. **Anthropological Quartely**, v.68, n. 1, jan. 1995.

SCHILLER, Nina. A global perspective on transnational migration. In: BAUBÖCK, Rainer; FAIST, Thomas. (Eds.). **Diaspora and transnationalism: concepts, theories and methods**. Amsterdam: Amsterdam University Press, Imiscoe Research, [s/d].

SEYFERTH, Giralda. Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. In: CASTRO, Mary G. (Org.). **Migrações internacionais, contribuições para políticas**. Brasília: CNPD, 2001. p. 137-150.

SILVA, S. A. Aquí começa o Brasil Haitianos na Tríplice Fronteira e Manaus. In: SILVA, S. A. (Org.). **Migrações na Pan-Amazônia: fluxos, fronteiras e processos socioculturais**. São Paulo: Hucitec/FAPEAM, 2012. p. 300-322.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplinar**. Manaus: EDUA, 2010.

SOUZA MARTIS, José de. **A chegada do estrangeiro**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SPRANDEL, Márcia; PATARRA, Neide. **Projeto: perfis migratórios**. Brasil. Texto preliminar/OIM. Brasília, 2009 (mimeo).

STEPICK, Alex. **Pride against prejudice: Haitians in the United States**. Boston: Ally and Bacon, 1998.

THOMAZ, Omar R. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 86, Mar. 2010.

THOMPSON, Paul. História Oral e contemporaneidade. **Revista História Oral**, v. 5, p. 9-28, 2002.

VON GRAFENSTEIN, Johanna. **Haiti**. Cidade do México: Instituto de Investigaciones Dr. José María Luis Mora, 1988.

WALLACE, Alfred Russel: viagens pelos rios Amazonas e Negro. **Senado Federal, Publicações e Documentação**. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho/asp/pdfS.asp?COD\\_PUBLICACAO=245](http://www.senado.gov.br/publicacoes/conselho/asp/pdfS.asp?COD_PUBLICACAO=245). Acesso em: 22 ago. 2014.

WATTS, Duncan J. **Six Degrees: the Science of a connected age**. New York: W. W. Norton & Co, 2002.

# LA ESVÁSTICA EN EL CARIBE: INMIGRANTES ALEMANES Y DIFUSIÓN DEL NACIONAL SOCIALISMO EN BARRANQUILLA, 1933-1944

Julián Andrés Lázaro Montes  
Mg. Ciencias Históricas Universidad Rey Juan Carlos  
Escuela Naval de Suboficiales ARC Barranquilla  
Corporación Universitaria Americana

**Resumen:** La presencia de un grupo reducido pero económica y políticamente activo de inmigrantes alemanes en la ciudad caribeña de Barranquilla, al norte de Colombia, dio lugar al surgimiento de una serie de manifestaciones de adhesión al Nacionalsocialismo en los años treinta y principios de los cuarenta del siglo XX. Dicha adhesión se materializó a través de conmemoraciones de fechas del calendario nazi, reuniones donde la visión de cultura reelaborada por el Nacionalsocialismo constituía el centro de las actividades y estrategias de difusión de propaganda con la que se buscó construir una imagen altamente favorable al régimen de Hitler. De esta manera, el Caribe colombiano se convirtió en un escenario a escala donde se representaron las dinámicas de la política internacional de los años treinta, pero también de los cuarenta, sobre todo cuando las potencias aliadas y de manera específica los Estados Unidos, inmersos en la Segunda Guerra Mundial, desarrollaron estrategias para neutralizar los efectos de la propaganda y otras actividades nazis en todo el continente americano, dando como resultado final la eliminación de cualquier forma de influencia germana.

**Palabras clave:** Alemanes – Nacionalsocialismo en Colombia –Barranquilla –Propaganda nazi

## Antecedentes de migraciones alemanas en el Caribe colombiano

Históricamente Colombia no ha sido un país de inmigrantes. De hecho, las relativamente bajas cifras que muestra el país en materia de inmigración a lo largo de su historia (e incluso durante el periodo colonial) han dado lugar a que no se profundice en el estudio de los procesos migratorios y que las exploraciones en este campo, aún en los casos más significativos, sean escasas.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Algunos de los trabajos sobre migraciones se encuentran en: SOURDIS, Adelaida; VELASCO, Alfonso. **Los judíos en Colombia**. Madrid: Casa Sefarad, 2011; FAWCETT, Louise. **Libaneses, palestinos y sirios en Colombia**. Barranquilla: Centro de Estudios Regionales, 1991; CHUFJI, Manira. **Emigración árabe al Eje Cafetero**. Pereira: Toque Digital, 2008; ACERO VEGA, Alfonso. **Raíces judías en el desarrollo de Colombia**. Medellín: Egos, 2006; ARDILA, CALDERON, Ignacio. **Colombia migraciones, transnacionalismo y desplazamiento**. Colección CES. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas. Centro de Estudios Sociales Ministerio de Relaciones Exteriores Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA); SILVA, Armando. **Cultura italiana en Colombia**: reflexión sobre etnias y mestizaje. Santafé de Bogotá:

A nivel nacional y en gran parte como consecuencia de la hegemonía de la historiografía andina, se ha consolidado la idea con la que abre este escrito, la de que Colombia no ha sido un país de inmigrantes. Pero esta percepción, que resulta cierta en términos estrictamente cuantitativos, sobre todo al comparar el caso de la inmigración en Colombia con los de otros países suramericanos (por no decir el de Estados Unidos, paradigma de la inmigración), adolece de lo mismo que la mayoría de las generalizaciones: oculta detalles significativos y esconde los matices.

Si bien es cierto que la presencia de extranjeros en territorio colombiano no ha sido nunca numerosa, el aporte en términos cualitativos de algunos inmigrantes en procesos económicos y culturales en ciertas regiones del país se puede considerar significativa y bien merece un estudio detallado.

Las costas en el Caribe colombiano y de manera específica la ciudad de Barranquilla, recibieron entre finales del siglo XIX y principios del XX una relativamente alta cantidad de migrantes con respecto al resto del territorio nacional. El hecho de que Barranquilla llegara a ser la principal vía de acceso y salida de productos hacia y desde el resto del territorio colombiano, determinante en la lenta inserción de Colombia en los circuitos del comercio internacional, fue un factor que atrajo a hombres de empresa de diferentes nacionalidades, entre ellos venezolanos, españoles, franceses, italianos, sirio-libaneses y alemanes (RODRIGUEZ.; RESTREPO, 1988). Precisamente estos últimos desempeñaron un rol protagónico en el desarrollo de importantes empresas que dinamizaron el impulso que adquirió la urbe caribeña desde el último tercio del siglo XIX y hasta las primeras cuatro décadas del XX.

El particular despegue de Barranquilla desde comienzos de la década del setenta del siglo XIX, cuando la urbe, un puerto fluvial, se conectó de manera eficiente con el vecino puerto marítimo de Sabanilla a través del ferrocarril de Bolívar, generando con ello un notable incremento de la dinámica comercial, atrajo a una buena cantidad de extranjeros, entre ellos alemanes, que vieron en la dinámica portuaria de Barranquilla el entorno apropiado para desarrollar sus ideas de negocios, la mayoría de ellas relacionadas con la importación y exportación de productos. Precisamente en la construcción de dicho ferrocarril tomó parte una firma alemana, la *Hoenisberg & Wessels*, lo que junto con las otras actividades económicas que habían venido

---

Tercer Mundo, 1999; ECHAVARRÍA, Enrique. **Extranjeros en Antioquia**. Medellín: Tipografía Bedout, 1943.

desarrollando inmigrantes alemanes y las que empezaron a llevarse a cabo a partir de entonces, dieron a estos un aura de verdaderos protagonistas de la dinámica de crecimiento industrial de la ciudad.

Ya a principios del siglo XX los alemanes residentes en Barranquilla contaban con el aprecio de por lo menos una parte de la población local, que expresaba de diversas formas el grado de simpatía que sentían por estos extranjeros, tal y como lo evidencia una nota de prensa del año 1905 que hace referencia a la salida del país de un ciudadano alemán:

Ha partido para Alemania el señor D. Adolfo Ringe quien ha residido varios años entre nosotros. Como es sabido, la colonia alemana se distingue por su laboriosidad, honradez y aptitudes especiales para asimilarse nuestros hábitos y costumbres. De ahí que cuando alguno de sus miembros parte, los colombianos sentimos la separación como si se tratara de un compatriota. Cuánto distan los industriosos alemanes de tener las ínfulas y pretensiones de los anglo-yanquis. (El promotor, 1905, p. 2.)

La llegada de la Primera Guerra Mundial representó un momento de ruptura para la dinámica social y económica de estos inmigrantes. Los circuitos comerciales internacionales de los cuales dependía en gran medida su prosperidad en la ciudad caribeña se fracturaron con la guerra, y la mayoría de ellos retornó a Alemania, con lo que su participación en la dinámica de desarrollo de la ciudad desapareció, por lo menos de manera temporal.

### **Los alemanes y la posguerra: entre la integración y el fortalecimiento de la cultura propia**

Luego de la Primera Guerra Mundial, varios de los alemanes que habían venido prosperando con sus negocios en el Caribe colombiano optaron por volver, en algunos casos para dar continuidad a sus actividades económicas, sobre todo conscientes del conocimiento que habían acumulado en Colombia y frente al complicado panorama que ofrecía la Alemania de la posguerra.

Los años veinte constituyeron un momento de reactivación de actividades para antiguos empresarios alemanes que antes habían estado en Barranquilla, y de comienzos para aquellos que apenas llegaban hasta la ciudad. Así, durante la década de los veinte reaparecieron algunas de las tradicionales empresas de importación y exportación de productos que habían venido conectando al puerto caribeño con ciudades alemanas

como Bremen y Hamburgo. También aparecieron firmas de alemanes transportadoras de productos y personas a lo largo del río Magdalena, principal arteria fluvial del país<sup>2</sup>. Surgieron casas comerciales que luego alcanzaron notables niveles de crecimiento, llegando incluso a tener presencia en ciudades colombianas distantes de Barranquilla. En conclusión, los años veinte fueron una etapa de retorno en algunos casos, de comienzos en otros, y en general de dinamización de las actividades económicas de un grupo de inmigrantes que previamente se habían erigido como uno de los grupos sociales dinamizadores de los procesos de desarrollo de la ciudad portuaria.

En la medida en que la condición económica de los inmigrantes alemanes mejoró, el foco de sus intereses fue ampliándose hasta abarcar otros aspectos, es decir, una vez cubiertas las necesidades básicas y proyectado el crecimiento de sus negocios, hubo lugar para darle más relevancia a otros ámbitos de la vida de los individuos y de la comunidad.

Un caso representativo de las actividades de los alemanes en Barranquilla, distintas a las económicas, se puede encontrar en el proceso de consolidación de uno de los centros de difusión y preservación de su cultura, el Colegio Alemán. Había venido funcionando desde el año 1912 y se mantuvo abierto hasta finales del 1915, cuando debió cerrar debido a que sus estudiantes retornaron junto con sus familias a Alemania. La institución reanudó sus actividades en el año de 1920, con algunas dificultades para financiar su funcionamiento, no obstante lo cual se mantuvo su ritmo de consolidación al recibir solicitudes de cupo para nuevos estudiantes, hijos de padres colombianos que querían que sus hijos recibieran formación en un centro educativo que ya había adquirido cierto prestigio en la ciudad (LOBO; LOBER, 1994).

Para finales de esa misma década el número de estudiantes se había elevado al punto de que requirió nuevas instalaciones, unas más amplias. Algunos empresarios de la colonia alemana, a través de donaciones, hicieron posible la construcción de unas instalaciones propias del Colegio, que había venido desarrollando sus actividades en una casa alquilada. La nueva edificación del Colegio Alemán contaba con gimnasio y también con espacio para *Kindergarten* (LOBO; LOBER, 1994).

---

<sup>2</sup> Una de las compañías de navegación fluvial en la que tomaron parte empresarios alemanes fue la Empresa de Vapores Lindemeyer, fundada en el año de 1919 por el empresario Heinrich Lindemeyer, quien era el propietario de la mayor parte de las acciones. La empresa se erigió como una de las más sólidas en su campo, llegando a ser en el año de 1937 la cuarta en Colombia con mayor capacidad de tonelaje. LAZARO MONTES, Julián Andrés.

Pero fueron los años treinta el periodo en el que el colectivo de alemanes residentes en Barranquilla va a hacer mucho más visible su presencia en espacios diferentes a la economía. A principios de esa década se produjo un enfrentamiento entre Colombia y Perú, cuando hombres armados de este último país, respaldados luego por tropas también peruanas, invadieron algunas poblaciones del Amazonas colombiano, por considerarlas zonas que realmente debían pertenecer al Perú (ATEHORTÚA, 2007).

La lejanía de la zona del conflicto con respecto a los centros de poder de Colombia representó un problema para el gobierno colombiano, que no tenía como responder de manera inmediata y efectiva a la invasión, sobre todo porque no existían vías terrestres para llegar hasta el Amazonas. Ante esta situación el presidente Olaya Herrera recurrió al personal de la Sociedad Colombo-Alemana de Transportes Aéreos (SCADTA), una firma de aviación comercial constituida en Barranquilla en 1919 por empresarios colombianos y alemanes, pero que contaba en su mayoría con pilotos y personal técnico de origen alemán,<sup>3</sup> con el objetivo de que se vinculara a la defensa de la soberanía nacional.

La respuesta fue positiva e inmediatamente el personal de la compañía de aviación se puso a disposición del gobierno colombiano para prestar sus servicios en el escenario bélico. Se asignaron responsabilidades, según comenta en sus memorias el piloto Herbert Boy, uno de los más reconocidos de la SCADTA: Hermann Kuehl, representante legal de la firma en Bogotá recibió el cargo de asesor técnico del Consejo Supremo de la Aviación Militar; Peter Paul Von Bauer, máximo accionista de la compañía fue nombrado para la dirección de una oficina encargada de los asuntos de defensa nacional; y el mismo Boy recibió el mando de la Fuerza Aérea de Colombia (BOY, 1963).

A estos pilotos se sumaron otros también alemanes que llegaron desde su país contratados por el gobierno colombiano, con la finalidad de reforzar la flota que dirigía el ya mencionado Herbert Boy, según informaban algunos diarios de Colombia, que además daban referencias a la adquisición de armas y municiones adquiridas también en Alemania (LA PRENSA, 31 de marzo de 1933).

---

<sup>3</sup> Una historia de la Sociedad Colombo Alemana de Transportes Aéreos (SCADTA), desde un enfoque empresarial se puede encontrar en LÁZARO MONTES, Julián Andrés. SCADTA: El viejo anhelo de conquistar el cielo. In: FERRO BAYONA, Jesús; IBARRA, Octavio; GÓMEZ, Eduardo. **Historia Empresarial de Barranquilla (1880-1890)**. Barranquilla: Ediciones Uninorte, 2014. p. 183-224.

La actuación de los alemanes en el conflicto dio lugar a notables manifestaciones de afecto hacia estos extranjeros. En Barranquilla, donde se conocía a muchos de los aviadores por ser parte de la SCADTA, que tenía en la ciudad uno de sus principales centros de operaciones y donde varios de ellos vivían o eran visitantes frecuentes, las expresiones de agradecimiento no fueron pocas. El diario local *La Prensa*, en una nota de marzo de 1933, sugería la posibilidad de poblar algunas zonas de territorio nacional hasta ese momento poco exploradas y distantes con familias alemanas, siendo que los inmigrantes de esta nacionalidad habían mostrado una particular disposición para defender al país durante la crisis (LA PRENSA, 8 de marzo de 1933). A tono con las circunstancias, las propietarias de la fábrica y comercializadora de calzado *Mota, Oramas y Cía.*, decidieron lanzar dos marcas de zapatos, una llamada “Leticia”, para mujeres, cuyo nombre hacía referencia a la población colombiana más importante que había sido tomada por los peruanos, y otra, exclusiva para hombres, llamada “Boy”, en clara alusión al piloto alemán Herbert Boy, ampliamente reconocido por su desempeño en las operaciones contra los peruanos (LA PRENSA, 21 de marzo de 1933).

Además de la coyuntura bélica, los inmigrantes alemanes en Barranquilla también tuvieron otros escenarios a través de los cuales se acercaron a la sociedad local. Por ejemplo, tomaban parte en las actividades del Carnaval que tenía lugar cada año, donde compartían con personas nativas y de otros lugares en espacios como fiestas y desfiles de disfraces. Algunos de ellos eran miembros de clubes sociales selectos que constituían espacios de sociabilidad donde se establecían importantes conexiones con la elite barranquillera, en tanto que otros se movían en círculos sociales un poco más modestos donde tenían lugar relaciones afectivas con personas de la ciudad.<sup>4</sup>

Por otro lado, de manera paralela al establecimiento de importantes relaciones con la sociedad local, los alemanes se preocuparon también por fortalecer los vínculos al interior de su círculo social de connacionales, integrado en su mayoría por influyentes miembros de la colonia y por los empleados de las empresas alemanas o colombo-alemanas que se encontraban operando en Barranquilla.

---

<sup>4</sup> Algunos casos documentados dan cuenta de alemanes ubicados en municipios cercanos al área metropolitana de Barranquilla que se dedicaban a actividades agrícolas. El círculo social de estos inmigrantes eran personas del sector rural, muchas veces humildes campesinos con los que compartían unas condiciones de vida modestas, diferentes a las que caracterizaban al estilo de varios de los alemanes que vivían en Barranquilla, quienes eran destacados empresarios residentes en sectores exclusivos.

Para lograr esa integración se crearon espacios de sociabilidad donde se llevaban a cabo distintas actividades en las que la cultura aparecía siempre como elemento central, que proporcionaba cohesión al grupo.

Uno de esos espacios era el Club Alemán, que tenía sus antecedentes en una organización similar constituida hacia 1904 en Barranquilla por inmigrantes alemanes y que funcionó hasta la Primera Guerra Mundial, cuando debió cerrarse. Luego, en la medida en que hacia la década de los veinte fueron retornando algunos de los que se habían ido y empezaron a llegar otros tantos, se hizo necesario un espacio para la vida social específicamente alemana (VOS OBESO, 1990). En los años treinta el Club Alemán era uno de los centros sociales más importantes de Barranquilla, donde se daban cita los alemanes (y otros invitados especiales) para divertirse en un pista de bolos, en sus canchas, en sus bailes al ritmo de música típica alemana, en las tertulias sobre literatura también alemana y en otras tantas actividades que aparte de reunir a los miembros de la colonia servían para la protección y difusión de su cultura en tierras distantes.

Al Club Alemán se sumaban otros espacios culturales como la casa Wilhelm-Gustloff y el Colegio Alemán. Para el caso de la primera, constituía un espacio donde se desarrollaban actividades culturales, como recitales o conversatorios y conferencias acerca de cultura alemana. En cuanto al segundo, si bien es cierto que su función era principalmente educativa y enfocada hacia los hijos de los inmigrantes alemanes y luego a niños y jóvenes de otras nacionalidades, también era un espacio de encuentro de actividades culturales donde, además de los padres de los estudiantes, la comunidad alemana en general disponía de un espacio de encuentro y sociabilidad.

### **El Nacionalsocialismo transnacional y su difusión en el Caribe colombiano**

La llegada del Nacionalsocialismo al poder en Alemania tuvo repercusiones sobre los grupos de alemanes residentes en el extranjero, que rápidamente se convirtieron en objetivo de la política conocida como “Gleichshaltung”, una especie de “alineamiento” o “coordinación” de las diferentes expresiones y ámbitos de la vida de los alemanes, tanto dentro como fuera de Alemania, con respecto a las ideas de los nazis. Las organizaciones de alemanes en Barranquilla no permanecieron al margen de esta dinámica, y rápidamente debieron ajustarse a la línea ideológica y de acción expresada por el nuevo gobierno alemán.

El Colegio Alemán, como escenario de preservación y difusión de la cultura alemana, fue uno de los espacios que rápidamente cayó bajo el control de las organizaciones nazis o de los entes gubernamentales que operaban en Barranquilla como representantes legales del gobierno alemán y que fueron rápidamente copados por cuadros del Nacionalsocialismo, por funcionarios obedientes que adoptaron las disposiciones desde Berlín o simplemente por oportunistas que vieron en la adhesión al movimiento la posibilidad de adquirir poder y estatus social.

Por su parte, el ya mencionado Club Alemán, pocos meses después de la llegada de Hitler al poder, organizó una fiesta a la que asistió buena parte de la colonia alemana en Barranquilla, con el fin de conmemorar el natalicio de Bismarck y el día de la bandera alemana. La celebración fue presidida por el jefe nazi local, quien remarcó la importancia del canciller en la unificación de Alemania y la importancia de la recuperación de la tradicional bandera alemana que había sido relegada durante los años de Weimar (LA PRENSA, 4 de abril de 1933).

Las celebraciones mencionadas fueron apenas algunas de la serie de conmemoraciones que instauró el Nacionalsocialismo a su llegada al poder. El culto a la persona de Hitler tenía en la celebración de su cumpleaños una de sus manifestaciones. Como en Alemania, la comunidad de alemanes en Barranquilla, y específicamente el colectivo de nazis, se encargaba de organizar fiestas en el mes de abril, precisamente con motivo de la celebración del cumpleaños del gobernante alemán. Por ejemplo, en el año de 1939, en abril, apenas algunos meses antes del inicio de la Segunda Guerra Mundial, el Club Alemán llevó a cabo una de las más destacadas celebraciones por el cumpleaños número cincuenta de Hitler, con salones fastuosamente decorados y posteriormente durante la fiesta con múltiples discursos de los principales dirigentes nazis de la ciudad y de la región, según informaba una revista nazi local, en los que se resaltaba la importancia del Führer en el renacer de Alemania (KARIBISCHER BEOBACHTER, 1 de mayo de 1939).

Algunas de las celebraciones que se llevaban a cabo en el Club Alemán trascendían lo simbólico o propagandístico y tenían una funcionalidad mucho más concreta en términos de beneficio material directo para la Alemania nazi. Por ejemplo, poco antes de la celebración ya referenciada del cumpleaños de Hitler se llevó a cabo un banquete que contó con la participación de una gran parte de la colonia alemana, y que

tenía como finalidad la captación de recursos económicos para el programa de Ayuda de Invierno en Alemania (KARIBISCHER BEOBACHTER, 15 de abril de 1939).

Otras organizaciones diferentes al Club Alemán también tomaron parte en la difusión de ideas Nacionalsocialistas, algunas de ellas de reciente creación en Barranquilla, puesto que se encontraban asociadas directamente al gobierno de Hitler y no tenían ningún antecedente en la ciudad caribeña. Una de ellas era el DAF (Deutsche Arbeitsfront), o Frente Alemán del Trabajo, una organización que congregaba a los trabajadores alemanes, tanto dentro como fuera del Reich, a manera de un sindicato ampliado, pero también como un instrumento de propaganda de las ideas nacionalsocialistas, labor en la que se mostraba particularmente activo.

El DAF tenía representación en diferentes espacios de la comunidad alemana. Por ejemplo, las honras fúnebres del señor Hans Schroeder, llevadas a cabo en diciembre de 1936, estuvieron presididas por personal del DAF, que lideró la ceremonia y luego dio difusión a la misma a través de medios de comunicación locales, destacando la unidad del grupo de alemanes en la ciudad (KARIBISCHER BEOBACHTER, 1 de enero de 1937). El DAF también construyó en el año de 1938, en la cercana población de Miramar, una amplia casa cercana a la playa, que contaba además con terraza cubierta y que prestaba los servicios de alojamiento de fin de semana para quienes estuvieran afiliados a la organización (KARIBISCHER BEOBACHTER, 1 de junio de 1939).

A Todas estas expresiones de apoyo al Nacionalsocialismo y a las organizaciones que las promovían, hay que agregar una en especial que determinaba en gran medida, junto con los entes representativos del gobierno del Reich, como los cuerpos consulares, la dinámica de actividad nacionalsocialista en Barranquilla. Estamos haciendo referencia al grupo de nazis oficialmente constituidos en la ciudad caribeña, que se erigía como el motor de toda la actividad nazi en el Caribe colombiano y con gran influencia en otras ciudades como Bogotá, Medellín y Cali donde también operaban algunos grupos nazis.

En cada lugar donde se constituía un grupo nazi se replicaba un orden jerárquico fuertemente monolítico, rígido, que se basaba en la obediencia por parte de la comunidad a un líder único que cargaba sobre sí la responsabilidad de las decisiones. Para el caso específico de Barranquilla, donde operaba un “Grupo de Apoyo”

(Stützpunkte)<sup>5</sup> de los más activos de Colombia, el máximo líder era un empleado de una de las casas comerciales alemanas más importantes de Colombia, Emil Prüfert, quien además ostentaba el cargo de máximo Jefe de Grupo Nacional (*Landesgruppenleiter*), debiendo responder solamente ante Wilhem von Bohle, jefe de la Organización del Partido Nazi para el Extranjero (*Ausland Organization der NSDAP, AO*) (MANJARRES, 7 de octubre de 1940).

Las distintas organizaciones nacionalsocialistas desplegaron una serie de actividades que convocaron a una parte representativa de la colonia alemana en Barranquilla y que se constituyeron como una de las vías de expresión de la Alemania nazi en el exterior. La participación en número considerable de los alemanes en dichas actividades, aparte de fortalecer el sentido de grupo, daba consistencia al movimiento, independientemente de que no todos los participantes estuvieran plenamente de acuerdo con los postulados nacionalsocialistas.

### **La propaganda alemana en Barranquilla antes y durante la guerra: el uso frecuente de los medios de comunicación**

Además de las manifestaciones ya indicadas, hubo otros recursos que sirvieron como propaganda del Nacionalsocialismo, destinados tanto para la comunidad de alemanes en Barranquilla y en otras ciudades, como para la opinión pública en general, sobre la cual se esperaba influir a través de la construcción de unos imaginarios altamente positivos de la Alemania nazi.

Los medios de comunicación no permanecieron al margen de la política de “Coordinación” o “Alineación” (*Gleichschaltung*), y constituyeron un fundamental recurso tanto dentro como fuera de Alemania para consolidar la imagen de Hitler y de su régimen. El valor que tuvo la propaganda para los nazis lo evidencia la importancia en la estructura de poder nacionalsocialista del ministro Joseph Göebbels, precisamente en la cartera de Propaganda, para quien resultaba fundamental la coordinación de todas las formas de propaganda del Reich, lo que le motivó muy temprano elaborar unas “Guías para la ejecución de la Propaganda Nazi” (MEJÍA, 1985).

---

<sup>5</sup> El Grupo de Apoyo (*Stützpunkte*) era una unidad median dentro de la estructura nazi de cada país. Podía llegar a contener Bloques (*Blocks*), que a su vez contenían Células (*Zellen*). Al tiempo el Grupo de Apoyo se encontraba contenido en un Grupo Regional (*Ortsgruppen*), que conformaba junto con otros de su tipo un Grupo Nacional (*Landesgruppe*).

Barranquilla fue un escenario en pequeña escala de las dinámicas de orientación sobre los medios de comunicación ya expuestas. En la urbe caribeña y durante gran parte de la década del treinta circulaban contenidos que contribuían con la construcción de unos imaginarios positivos alrededor de la figura de Hitler. La situación de política interna de Colombia resultaba un factor determinante en la difusión de dichos contenidos. La rivalidad entre los partidos políticos Liberal y Conservador se expresó también en las simpatías que uno y otro sentían por las democracias o los totalitarismos en la escena política internacional. Así, un diario conservador de Barranquilla, *La Prensa*, recibía importantes cantidades de contenidos de la Transocean, agencia de prensa alemana financiada por el Ministerio de Propaganda (OROZCO, agosto 1 de 1943).

El diario *La Prensa*, que tenía una amplia difusión en Barranquilla, presentaba entre sus contenidos una amplia columna que se emitía cada dos días llamada “Ecos de Alemania”, alimentada con contenidos remitidos por la Transocean y en la que se hacía referencia a aspectos tan diversos como los avances culturales de Alemania o las iniciativas del gobierno nazi para ayudar a los más necesitados durante el invierno (LA PRENSA, 3 de julio de 1936).

Algunos columnistas colombianos del diario expresaban a través de sus análisis una posición muy cercana a las reivindicaciones que hacía el gobierno de Hitler, entre ellas la cuestión colonial. Una columna de junio de 1936 hacía referencia a que:

[...] De Alemania se sigue exigiendo el cumplimiento de obligaciones que se le impusieron bajo amenaza de violencia; pero nada se dice de las propias obligaciones contraídas voluntariamente y no cumplidas, ni de los catorce puntos de Wilson con que se atrajo a Alemania a deponer las armas, ni del tratado del Congo de 1885 por el cual se comprometieron los pueblos europeos a no extender sus guerras al África. Para dar un viso de derecho al robo de las colonias alemanas, los aliados declararon en Versalles que Alemania se había mostrado incapaz de colonizar, mientras que en realidad ha sido lo contrario, según afirmación de los expertos ingleses mismos [...] (LA PRENSA, 6 de julio de 1936).

También circulaban en Barranquilla algunas publicaciones elaboradas por los nazis locales, pero éstas estaban destinadas fundamentalmente a un público germanoparlante, pues todo su contenido estaba en alemán. De todas, la publicación más importante era el *Karibischer Beobachter* (Observador del Caribe), un magazín que circulaba de manera quincenal y que constituía el órgano propagandístico por excelencia del Nacionalsocialismo en Colombia.

En un principio lo que existía era una publicación editada en Barranquilla que llevaba por título “Tablón de noticias de los intereses de la comunidad alemana”, que se publicaba semanalmente, cada sábado, circulando en Barranquilla y enviada a otras ciudades del país donde había presencia de alemanes, como Barrancabermeja, Bogotá, Buenaventura, Cali, Cartagena, Manizales, Medellín y Pereira (NACHRICHTENBLATT DER DEUTSCHEN INTERESSEN GEMEINSCHAFT, 7 de diciembre de 1935).

El magazín publicaba contenidos relacionados con sucesos de Alemania, de las comunidades alemanas en Colombia y de política internacional. Estos últimos eran enviados desde el Reich, siendo algunos de ellos fragmentos de artículos más extensos que aparecían en el órgano de propaganda del Partido Nazi en Alemania, el *Volkischer Beobachter*, elaborados por figuras de la política nacionalsocialista o por especialistas en temas de geopolítica (NACHRICHTENBLATT DER DEUTSCHEN INTERESSEN GEMEINSCHAFT, 28 de septiembre de 1935).

Hacia el año de 1937, el magazín, que había venido difundiendo una buena cantidad de contenidos favorables al régimen de Hitler, terminó de radicalizar su línea editorial, transformando inclusive su presentación y cambiando de nombre. Desde el 1 de enero de 1937 pasó a llamarse *Karibischer Beobachter*, y la presentación de la revista cambió notablemente, dejando de lado el diseño básico que había venido presentando para incorporar colores en su portada (principalmente rojo y negro, colores característicos de Nacionalsocialismo), fotografías en su interior, una diagramación más elaborada y contenidos más extensos. Con respecto a esto último, la mayor parte de los artículos llegaban de Alemania, sin embargo algunos se seguían elaborando en Barranquilla (MANJARRES, 7 de octubre de 1949).

La llegada de la Segunda Guerra Mundial no significó el final de la circulación de los contenidos asociados al Nacionalsocialismo en Barranquilla y en el resto de Colombia. De forma paralela a las primeras acciones bélicas en Europa se fue desplegando una retórica que tendía a justificar la agresiva política expansiva alemana. Por ejemplo, luego de las primeras acciones sobre Polonia que terminaron con la invasión del país, circularon en Barranquilla una serie de folletos que reproducían unos supuestos documentos del Ministerio de Relaciones Exteriores de Polonia decomisados

por el Ejército del Reich en su avance, y en los que se resaltaban las intrigas que varios países, entre ellos la propia Polonia e Inglaterra, preparaban en contra de Alemania.<sup>6</sup>

Circulaban también en Barranquilla (y en otras ciudades del país) folletos que contenían discursos de Hitler, muchos de ellos asociados a denuncias por parte del canciller alemán acerca de la responsabilidad de países como Francia e Inglaterra en las crisis económicas que vivió Alemania en los años veinte, así como sobre el despojo de las colonias a que se había visto sometido su país.<sup>7</sup>

El aumento en la intensidad del conflicto mundial se reflejó también en la dinámica de la propaganda nazi en Barranquilla. Los contenidos que circularon un año después de iniciada la guerra ya no buscaban explicar las razones que llevaron a Alemania a iniciar las acciones, sino que apuntaban directamente a difundir una imagen altamente negativa de sus enemigos. Por ejemplo, se daban referencias al colonialismo inglés y las acciones de las fuerzas británicas en las guerras Boers de finales del siglo XIX, remarcando las víctimas civiles que dejaron dichas acciones (AMRE, 1940).<sup>8</sup>

La agudización de la guerra y las afectaciones sobre la población civil alemana como consecuencias de los bombardeos aliados también fueron utilizadas por la propaganda nazi, que ya después de 1940 operaba de manera clandestina debido a la estrecha vigilancia a que empezaron a ser sometidos los alemanes en Colombia. Un folleto de septiembre de 1940 presenta imágenes bastantes fuertes que buscaban despertar la sensibilidad de todo aquel que tuviera acceso al mismo. Inicialmente se presentaban imágenes de niños alemanes jugando, y en la siguiente página aparecían los cadáveres, supuestamente de esos mismos niños, mutilados luego de un bombardeo. A pie de imagen una frase que decía “*Dast ist kein Krieg! Das ist Mord!*”(Esto no es guerra! Esto es asesinato!).<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> Información que puede complementarse en: Archivo General de la Nación, Ministerio de Relaciones Exteriores. Diplomática y Consular. Propaganda Actividades Nazis 1938-1940, Cp: 183, Cj: 0023, folio 2, p 9-10.

<sup>7</sup> Esto se puede observar con detalle en: Boletín Alemán, Legación de Alemania en Bogotá, 5 de agosto de 1940. AMRE, Diplomática y Consular, Actividades Nazis, 1940, Agosto-septiembre, Carpeta 170, Caja 21, folios 16-17, AGN.

<sup>8</sup> Información que puede complementarse en: AMRE, Diplomática y Consular, Actividades Nazis, 1940, Agosto-septiembre, Carpeta 170, Caja 21, folios 108, AGN.

<sup>9</sup> Información que puede complementarse en: “Se quejan las madres de Friburgo”. AMRE, Diplomática y Consular, Actividades Nazis, 1940, Agosto-septiembre, Carpeta 170, Caja 21, folios 108, AGN.

El ingreso de Estados Unidos en el conflicto mundial del lado de los aliados activó una serie de mecanismos que en su conjunto constituían lo que se conoció entonces como estrategia de seguridad hemisférica, la cual fue orientada desde Washington para ser aplicada sobre toda América Latina, y que incluyó, entre otras tantas disposiciones, la salida de una buena cantidad de alemanes de cada país donde se encontraban viviendo, sobre todo de aquellos que eran considerados peligrosos por pertenecer a grupos nazis o representar un riesgo para la seguridad del América.

Los alemanes de Barranquilla recibieron particular atención, sobre todo por la cercanía de estos extranjeros a la zona del Canal de Panamá, y porque varios de ellos tenían experiencia militar y sabían pilotar aviones, representando un gran riesgo para Norteamérica, además de las ya expuestas actividades nazis que venían desarrollando en la ciudad y que desde finales de la década del treinta habían venido siendo seguidas por organismos de seguridad colombianos y extranjeros.

## **Conclusiones**

De lo expuesto a lo largo del presente trabajo se pueden extraer algunas ideas a manera de conclusión, a saber:

En primer lugar, el Caribe colombiano fue un escenario en el que se reprodujo en cierta medida la dinámica política global de los años treinta y cuarenta. La conexión de la ciudad portuaria de Barranquilla con el resto del mundo, precisamente por su condición de puerto, fue fundamental para que en ella se reprodujeran en una escala menor las lógicas que caracterizaban a otros puntos del planeta. Los efectos de la crisis económica se sintieron en la urbe caribeña y también, como ya se evidenció, la expansión de las ideas nacionalsocialistas, concretada en manifestaciones de adhesión y proselitismo al régimen de Hitler. Adicional a ello, los efectos de la Segunda Guerra Mundial también se sintieron en la ciudad, afectando de manera particular al grupo de alemanes, tal y como sucedió en otros puntos del continente.

Por otra parte, se puede señalar también que las actividades nazis en Barranquilla tuvieron un marco bastante favorable para su desarrollo, lo que se explica a partir del hecho de que inmigrantes alemanes habían construido una imagen bastante positiva a partir de su participación en la dinámica de crecimiento económico que tuvo la ciudad desde finales del siglo XIX, todo lo cual dio lugar a simpatías y respeto frente

a las distintas expresiones alemanas, ya fueran culturales o políticas (o a la combinación armónica de ambas) que se dieron en la década del treinta del siglo XX.

Finalmente, el estallido de la Segunda Guerra Mundial constituyó un escenario ideal para que Estados Unidos revalidara su condición de potencia hegemónica en el continente americano. Las actividades políticas de los inmigrantes alemanes fueron el argumento perfecto para que en medio de un panorama de tensión y neurosis por los potenciales riesgos de que la guerra llegara al continente, Estados Unidos eliminara las influencias germanas en varios países, entre ellos Colombia, en el marco de la estrategia de seguridad hemisférica; para el caso específico de Barranquilla, influencias que si bien no representaban un riesgo real para la hegemonía norteamericana, si constituían una fuente de incomodidad en tanto en cuanto un grupo de alemanes de una potencia diferente a Estados Unidos, habían adquirido una particular relevancia en la dinámica económica de uno de los principales puertos colombianos.

### **Referências Bibliográficas**

ACERO, A. **Raíces judías en el desarrollo de Colombia**. Medellín: Egos. 2006.

ARDILA, Ignacio. **Colombia migraciones, transnacionalismo y desplazamiento: Colección CES**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas – Centro de Estudios Sociales Ministerio de Relaciones Exteriores Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), 2006.

ATEHORTÚA, A. El conflicto colombo-peruano: Apuntes acerca de su desarrollo e importancia histórica. **Historia y Espacio**, n. 29, 2007. Disponible em: <http://bibliotecadigital.univalle.edu.co/handle/10893/1003>. Recuperado el 3 de abril de 2015.

BOY, H. **Una historia con alas**. 2 ed. Bogotá: Iqueima. 1963.

CHUFJI, M. **Emigración árabe al Eje Cafetero**. Pereira: Toque Digital. 2008.

ECHAVARRÍA, E. **Extranjeros en Antioquia**. Medellín: Tipografía Bedout. 1943.

EL PROMOTOR. Nota de prensa. **Archivo Histórico del Atlántico** (En adelante A.H.A.), Mayo 13 de 1905.

FAWCETT, L. **Libaneses, palestinos y sirios en Colombia**. Barranquilla: Centro de Estudios Regionales. 1991.

KARIBISCHER BEOBACHTER. Barranquilla: Archivo Instituto Iberoamericano de Berlín. No. 1, 1 de Enero de 1937.

KARIBISCHER BEOBACHTER. Barranquilla: Archivo Instituto Iberoamericano de Berlín. No. 8, 15 de abril de 1939.

KARIBISCHER BEOBACHTER. **Unser Badehaus in Puerto Colombia.** Barranquilla: Archivo Instituto Iberoamericano de Berlín. No. 11, 1 de junio de 1939.

**Feier anlässlich des 50. Geburtstages des Fuehrers im Deutschen Klub.** Barranquilla: Archivo Instituto Iberoamericano de Berlín. No. 9, 1 de mayo de 1939.

LA PRENSA. **Mil familias alemanas en el Amazonas colombiano.** Barranquilla: La Prensa en A.H.A, 8 de marzo de 1933.

LA PRENSA. **Una fábrica de calzado marca 'Leticia' y 'Boy'.** Barranquilla: La Prensa en A.H.A. 21 de marzo de 1933.

LA PRENSA. **A bordo del "Ingrid Horn" debieron llegar a Puerto Colombia ocho aviadores alemanes.** Barranquilla: La Prensa en A.H.A. 31 de marzo de 1933.

LA PRENSA. **Una animada fiesta patriótica se celebró el sábado en el Club Alemán.** Barranquilla: La Prensa en A.H.A. 4 de abril de 1933.

LA PRENSA. **Ecos de Alemania.** Barranquilla: La Prensa en A.H.A. 3 de julio de 1936.

LA PRENSA. **Crónica Semanal de Alemania.** Barranquilla: La Prensa en A.H.A. 2 de junio de 1936.

LÁZARO, J. **Actividades económicas de los alemanes en Barranquilla: 1930-1941.** Tesis de pregrado sin publicar. Universidad del Atlántico. 2009.

LÁZARO, J. SCADTA: El viejo anhelo de conquistar el cielo. In: FERRO, J.; IBARRA, O y GÓMEZ, E. **Historia Empresarial de Barranquilla (1880-1890).** Barranquilla: Ediciones Uninorte, 2014. p. 183-224.

LOBO, S.; LOBER, D. **Historia General del Colegio Alemán 1912/1913.** Barranquilla: Editorial Mejoras, 1994.

MANJARRES, M. **Informe presentado por el ex empleado del Consulado Alemán en Barranquilla al Ministerio de Relaciones Exteriores.** Barranquilla: AMRE, Diplomática y Consular. 7 de octubre de 1940. Actividades nazis octubre 1940, Caja 21, Carpeta 171, folio 15. Archivo General de la Nación.

MEJÍA, M. **La propaganda totalitaria del Tercer Reich.** Medellín: Editorial Universidad de Antioquia, 1985.

NACHRICHTENBLATT DER DEUTSCHEN INTERESSEN GEMEINSCHAFT. n. 277. Barranquilla: Archivo Instituto Iberoamericano de Berlín. 7 de diciembre de 1935.

NACHRICHTENBLATT DER DEUTSCHEN INTERESSEN GEMEINSCHAFT.  
**England, Italien und der SuezKanal.** Barranquilla: Archivo Instituto Iberoamericano de Berlín. 28 de septiembre de 1935. No 27.

OROZCO, L. **Solicitud de Lácides Orozco a los Cónsules de Estados Unidos y Gran Bretaña.** Cartagena: AMRE, Diplomática y Consular, Listas Negras. Agosto 1 de 1943. Enero-Diciembre, Caja 24, Carpeta 191, folios 1909-110.

RODRIGUEZ, M.; RESTREPO, J. Los empresarios extranjeros de Barranquilla:1820-1900. In: BELL, G. (Coord.). **El Caribe colombiano.** Barranquilla: Ediciones Uninorte, 1988.

SILVA, A. **Cultura italiana en Colombia: reflexión sobre etnias y mestizaje.** Santafé de Bogotá: Tercer Mundo, 1999.

SOURDIS, A.; VELASCO, A. **Los judíos en Colombia.** Madrid: Casa Sefarad, 2011.

VOS OBESO, R. **Mujer, cultura y sociedad en Barranquilla 1900-1930.** Bogotá: Ed. Gente Nueva, 1990.

# **“MANCHAS DE SANGUE NAS VESTES DECLIO”: O DESAFIO METODOLÓGICO DO ESTUDO DAS CATÁSTROFES**

Eliézer Cardoso de Oliveira  
Doutor em Sociologia pela UnB. Professor do curso de  
História e do Mestrado em Territórios e Expressões  
Culturais de Goiás, do Campus de Ciências  
Socioeconômicas e Humanas de Anápolis, Goiás.

## **1. Introdução**

O título deste texto, propositalmente apelativo, origina-se da reflexão sobre catástrofes e tragédias, realizada pelo autor durante o doutorado em sociologia na UnB, concluído em 2006. Quer-se acreditar que a reflexão sobre a especificidade metodológica do estudo das catástrofes abarca dois aspectos do tema sugerido para a mesa **“Progresso, Modernidade e sujeitos: desafios e perspectivas historiográficas para a pesquisa em História”**. O primeiro e mais evidente deles é que “catástrofe” é um tema que colide com a tradição otimista e racionalista inaugurada com a modernidade; o segundo é que o estudo das catástrofes possibilita uma reflexão sobre o papel da “causalidade” na pesquisa histórica. Nesse sentido, o texto é dividido em dois tópicos: “catástrofe e a modernidade” e “catástrofe e causalidade histórica”.

## **2. Catástrofe e modernidade**

Catástrofes é um tema “foucaultiano”, na mesma linha dos estudos sobre a loucura, sobre a criminalidade, sobre a prostituição, sobre a morte e sobre a doença. Esses temas questionam o domínio da razão iluminista e o controle do sujeito sobre a sua história. Por isso, o estudo do tema “catástrofe” é elucidativo do desgaste e das limitações de uma categoria central da modernidade – a categoria “progresso”. Walter Benjamin tem uma frase muito incisiva a esse respeito – “o progresso é a catástrofe, a catástrofe é o progresso, a catástrofe é o contínuo da história<sup>1</sup>”. A frase, um rascunho das famosas teses sobre a história, foi escrita no contexto da expansão nazista e indica

---

<sup>1</sup> Walter Benjamin, notas preparatórias para as Teses sobre a História. In. LÖWY (2002).

que a modernidade prometeu progressos, mas trouxe catástrofes. Toda promessa de progresso e de modernização têm um custo. Às vezes o custo se transforma em uma catástrofe.

Isso é convergente com a teoria da sociedade de risco, defendida, dentre outros, pelo alemão Ulrich Beck, na qual o risco (e não o progresso) é a principal categoria da do que ele chama de “modernidade tardia”,<sup>2</sup> mas que se pode denominar simplesmente de pós-modernidade. Os seres humanos estão cercados por riscos de diversas naturezas: risco de uma explosão nuclear, risco de uma hecatombe ecológica, risco de ter as contas bancárias por um hacker. O mundo sempre foi um lugar perigoso, mas a diferença é que, agora, o risco é consequência do desenvolvimento tecnológico. A energia nuclear tem os seus riscos, o automóvel tem seus riscos, a internet tem os seus riscos. E o mais assustador é que o perigo era facilmente detectável pelos sentidos, mas o risco não, como se percebe no risco da radiação nuclear, por exemplo.

Além de ser um tema foucaultiano, catástrofe é um tema hermenêutico, uma vez que a sua definição exige critérios de natureza simbólica e pressupõe uma interpretação do contexto cultural. Uma busca por uma definição objetiva de catástrofe poderia levar a valorização do número de mortos e dos danos materiais. De fato, muitas das grandes catástrofes mundiais foram altamente mórbidas e caras, como Holocausto, Hiroshima, Tsunami, Terremoto do Haiti, em que o número de vítimas e o prejuízo material se contavam na casa dos milhares. No entanto, existem também algumas catástrofes com elevado número de mortos e que não são muito conhecidas, como a enchente do Rio Amarelo, na China, em 1931, que provocou mais de 1 milhão de mortos ou a seca do ano de 1877 no Brasil que provocou a morte de mais de 500 mil pessoas. Apesar do hiperbolismo dos números, as duas catástrofes são menos conhecidas do que um acidente de navio (o Titanic).

Isso acontece porque as grandes catástrofes foram aquelas que provocaram danos conceituais e não somente danos físicos.

---

<sup>2</sup> Ulrich Beck (1997) foi um dos autores que mais desenvolveu a importância do “risco” para análise da modernidade desenvolvida. A modernidade, para ele, é dividida em duas fases: na primeira, a sociedade industrial produz novas ameaças, mas elas são subestimadas; na segunda, na sociedade de risco, os perigos produzidos passam a dominar os debates públicos e privados. Agora a preocupação com a distribuição dos riscos é maior do que a preocupação com a distribuição econômica, uma vez que os novos riscos produzidos podem afetar a todos indistintamente (ricos, pobres, animais e plantas). Numa sociedade, em que o risco é universal, os indivíduos anseiam por certeza e segurança, mas seus esforços são inúteis, pois a ciência se reconhece incapaz de fornecer segurança, certeza e previsibilidade.

O terremoto de Lisboa de 1755 – evento que “chocou mais a civilização ocidental que qualquer acontecimento desde a queda de Roma” (NEIMAN, 2003, p. 266) não por sua intensidade ou número de mortos – já que inúmeros outros terremotos mais fortes e letais ocorreram antes –, mas principalmente por causa de seus danos conceituais: reafirmou a convicção dos deístas de que não havia uma conexão entre o mundo natural e o mundo moral e, portanto, o terremoto não passou mais a ser explicado como castigo da Providência aos pecados humanos. O terremoto, por mais doloroso que seja, é apenas um terremoto: a fricção de placas tectônicas. E os pobres lisboetas estavam, em 1755, no lugar errado e na hora errada.

O naufrágio do transatlântico Titanic em 1912 é lembrado até os dias de hoje, principalmente porque ele simbolizava o poder da civilização industrial europeia do século XIX, baseada no ferro e no aço, que ideologicamente afundou com ele (ZIZEK, 2002, p. 15). O Titanic, de certa forma, foi o prenúncio da decadência da Europa a partir do I Guerra Mundial.

A grande ressonância do 11 de Setembro se deu pelo fato do evento ter desnudado os seculares conflitos entre Oriente e Ocidente – encobertos no século XX pela Guerra Fria –, colocando-os na ordem do dia das potências internacionais.

O impacto e a comoção da derrota da seleção de futebol brasileiro na final da Copa de 1950, a ponto de ser conhecida como “Hiroshima Brasileira” foi consequência dos resquícios do racismo científico do século XIX que afirmava que povos mestiços não conseguiriam vencer os brancos em empreendimentos coletivos, como era o caso do Futebol.<sup>3</sup>

Em cada um desses casos, houve dor, sofrimento, morte prejuízo material. Mas foram os danos conceituais que explicaram o impacto maior das catástrofes. Portanto, por questionar o otimismo racionalista de raízes iluminista, por questionar a crença ingênuo no progresso histórico, por requerer uma metodologia interpretativa, o tema

---

<sup>3</sup> Foi significativo um trecho da crônica de Nelson Rodrigues (1984, p. 116) sobre o evento: “cada povo tem a sua irremediável catástrofe nacional, algo como Hiroshima. A nossa catástrofe, a nossa Hiroshima, foi a derrota frente ao Uruguai, em 1950”. A derrota trouxe à tona elementos sociológicos profundos da sociedade brasileira, pois corroborou a tese de que o brasileiro, mestiço ou negro, não tinha a estima necessária para a vitória na hora decisiva. Por isso a Seleção Brasileira iniciou a Copa de 1958 com um time de “brancos”; só nas partidas finais que os jogadores negros puderam mostrar a sua perícia. Essas e outras possibilidades de análise da sociedade brasileira torna a “catástrofe do Maracanã” um evento hermenêutico.

catástrofe é paradigmático para se compreender um aspecto das novas tendências metodológicas da historiografia contemporânea.

### **3. Catástrofe e causalidade histórica**

Pretende-se, agora, demonstrar a capacidade heurística das catástrofes na pesquisa histórica. Nesse sentido, advoga-se a tese de que, muitas vezes, as catástrofes podem configurar o que Weber denominou de “causalidade relevante” na explicação dos eventos históricos. Para Weber, como a realidade é complexa e caótica, pode-se escolher qualquer causa na explicação dos eventos históricos, mas existem algumas que são mais relevantes do que as outras.

#### **Chernobyl e o fim da Guerra Fria**

Por que a Guerra Fria acabou? De modo geral, a explicação para esse acontecimento tem um viés econômico ou político: a atrofia da economia e o burocratismo da administração soviética que não foi capaz de competir com os Estados Unidos, a política de abertura (Glasnost) e de reestruturação econômica (Perestroika) de Mikhail Gorbachev. No entanto, um fator essencial para explicar o fim da Guerra Fria foi o Acidente Nuclear de Chernobyl, de 26 de abril de 1986. Gorbachev, num seminário realizado em Viena para marcar os 20 anos do acidente, vai mais longe, relacionando o Acidente com o fim da URSS: “O acidente do reator em Chernobyl, que completa 20 anos hoje, foi, talvez mais que a 'perestroika' (abertura) iniciada por mim, a verdadeira causa do colapso da União Soviética cinco anos depois”.<sup>4</sup>

Seja como for, o Acidente de Chernobyl foi o maior acidente nuclear da história, provocando uma disseminação de radiação 400 vezes superior à das explosões atômicas em Hiroshima e Nagasaki. De início, as autoridades soviéticas tentaram esconder o acidente. Ele só foi divulgado internacionalmente porque os técnicos de uma usina nuclear sueca detectaram um alto índice de radiação que, depois, foi identificado como proveniente de uma nuvem de radiação que incidia sobre vários países da Europa. Os soviéticos demoraram três dias para evacuar a cidade de Pripjat, local em que os trabalhadores da usina residiam. O mais assustador foi a utilização de um exército de

---

<sup>4</sup> GORBACHEV, Mikhail. In: Gorbachov diz que desastre de Chernobil iniciou colapso da URSS. UOL, 26 abr. 2005. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/04/26/ult1808u63547.jhtm>. Acesso em: 07 set. 2015.

trabalhadores, sem a devida proteção, durante seis meses, na construção de uma estrutura de isolamento sobre o reator, o que provocou a morte de todos eles.<sup>5</sup>

Chernobyl mostrou aos próprios soviéticos a fraqueza de sua organização. Seja qual for que tenha sido a causa da catástrofe – erro humano ou falha no projeto de construção da usina -, é evidente o despreparo nas questões de segurança. O que é mais irônico é que, desde 1949, quando foi testada a primeira bomba atômica, os soviéticos sempre se mantiveram competitivos contra os Estados Unidos no tocante à energia nuclear. O Acidente de Chernobyl mostrou a fraqueza dos soviéticos no que eles tinham de melhor: a alta tecnologia para produzir armamentos, demonstrando que a URSS não teria condições de continuar a competição com os americanos na Guerra Fria.

Alguns meses após Chernobyl, ainda no ano de 1986, no dia 12 de outubro, Gorbachev articulou para ter uma conversa com Ronald Reagan na Cúpula de Reykjavík, na gelada Islândia, que, mesmo não resultando em nenhum acordo formal, marcou a abertura de ambos presidentes para o diálogo em torno da corrida armamentista. A conversa franca entre os dois homens mais poderosos do mundo na época foi essencial para a assinatura do Tratado de Forças Nucleares Intermediárias, em Washington em 1987, o qual previa a remoção de parte do arsenal nuclear de EUA e União Soviética contribuindo para a melhoria da segurança global. As duas reuniões foram fundamentais para o fim da Guerra Fria: “para fins práticos, a Guerra Fria terminou nas duas conferências de cúpula de Reykjavik (1986) e Washington (1987)” (HOBSBAWM, 1995, p. 246). E o papel do primeiro ministro soviético nessas das conferências foi de fundamental importância, conforme a opinião do historiador Erick Hobsbawm: “O mundo tem uma dívida com Mikhail Gorbachev, que não apenas tomou essa iniciativa como conseguiu, sozinho, convencer o governo americano e outros no Ocidente de que falava a verdade”. (Ibid.) Portanto, o impacto de Chernobyl foi fundamental para o líder soviético reconhecer a incapacidade de continuar na corrida armamentista: “Mais que nenhum outro evento, Chernobyl me abriu os olhos: me mostrou as espantosas consequências da energia nuclear, inclusive quando não era

---

<sup>5</sup> <http://www.materiaincognita.com.br/chernobyl-25-anos-15-mil-mortos-oficiais-100-mil-denuncia-greenpeace/#ixzz314KwMckg>

utilizada para fins militares. Podia-se imaginar mais claramente o que aconteceria se uma bomba atômica explodisse”.<sup>6</sup>

Provavelmente, a Guerra Fria ou a URSS iriam acabar de qualquer jeito. Mas Chernobyl apressou os acontecimentos, possibilitou uma força argumentativa e retórica, essencial para convencer as personalidades envolvidas. É até irônico pensar que, por trás do fim da Guerra Fria, um dos períodos de maior angústia da história da humanidade, está uma terrível tragédia radioativa.

### **A Epidemia de Febre Amarela de 1850 no Rio de Janeiro e o fim do tráfico negreiro**

A explicação dominante na historiografia sobre o fim do tráfico negreiro no Brasil no ano de 1850 gira em torno das pressões diplomáticas e militares inglesas. No entanto, o historiador Sidney Chalhoub, no seu conhecido livro *Cidade Febril*, demonstra que o fim do tráfico pode estar relacionado a uma intensa epidemia de febre amarela que ocorreu no Rio de Janeiro nesse mesmo ano. Essa epidemia chegou no verão de 1849-1850 e atingiu um terço da população e provocou a morte de mais de 10 mil pessoas. Mais de 5% da população da população pereceu por causa da epidemia. Contudo, o que transformou essa epidemia em uma grande comoção nacional não foi apenas o exagero dos números, mas principalmente a qualidade das vítimas. O que tornou essa epidemia uma catástrofe foi a morte, de Pedro Afonso de Bragança Bourbon, o filhinho de Pedro II. Pedro Afonso era o herdeiro do trono brasileiro, a grande esperança de manter a estabilidade social orbitada em torno da figura de Pedro II, e a sua morte com apenas um ano e meio de idade, três anos após a morte de seu irmão Afonso Pedro, abalou o país.

A morte de Pedro Afonso ocorreu bem em meio ao mais importante debate político da época, que girava em torno de o Brasil resistir ou não às pressões inglesas contra o comércio de escravos. E um dos principais argumentos dos contrários ao tráfico era de ordem sanitária:

Era frequente também que os observadores – doutores médicos ou não – atribuíssem e a epidemia de 1850 à importação do veneno de febre amarela por intermédio do tráfico africano. Na verdade, havia mesmo uma discussão em andamento em periódicos médicos especializados sobre a possibilidade

---

<sup>6</sup> GORBACHEV, Mikhail. In: Gorbachov diz que desastre de Chernobil iniciou colapso da URSS. *UOL*, 26 abr. 2005. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2006/04/26/ult1808u63547.jhtm>. Acesso em: 07 set. 2015.

de o vômito preto estar intimamente ligado ao negócio dos tumbeiros. (CHALHOUB, 2011, p. 73).

Nesse sentido, o drama da Família Real configurou-se um argumento poderoso para convencer a opinião pública sobre a conveniência de se extinguir o tráfico negreiro. Pedro Afonso faleceu na madrugada do dia 9 de janeiro de 1950 e no dia 9 de setembro do mesmo ano foi aprovada a Lei Eusébio de Queirós. Esses nove meses de intervalo entre os dois acontecimentos foram marcados por intensos debates e por um forte jogo de interesses que afetavam as pessoas mais poderosas do Império, mas, ao meio a isso tudo, a morte do príncipezinho, deve ter tido um importante papel na sensibilização dos políticos brasileiros da época.

Aliás os feitos do pequeno mosquito *Aedes aegypti* se igualam ao do “General Inverno” russo. O mosquito foi responsável por derrotar uma tropa, de 40 mil homens, enviada por Napoleão para reconquistar o Haiti. O mosquito impediu que os franceses construíssem o Canal do Panamá. E o mosquito foi um responsável direto para o fim do tráfico negreiro no Brasil.

### **A chacina dos turmeiros e a paralisação da estrada de ferro em Goiás**

A elite político-administrativa de Goiás, desde os tempos coloniais, sempre elaborou estratégias mirabolantes – utopias de salvação – para retirar a região da decadência ou do atraso. A primeira delas foi civilizar os indígenas por meio dos aldeamentos; a segunda foi a navegação dos rios Araguaia e Tocantins; a terceira foi ligação com o litoral por meio da estrada de ferro.

Portanto, a construção da ferrovia, ligando Goiás ao Sudeste do Brasil foi um dos acontecimentos mais celebrados pela elite política e intelectual goiana. Compreende-se portanto que o dia 15 de agosto de 1912 foi motivo de euforia, quando foi concluída a Ponte Afonso Pena sobre o rio Paranaíba e os trilhos adentraram Goiás. A primeira localidade goiana a sentir o gostinho do progresso foi a cidade de Catalão, já que de lá partia uma das frentes de trabalho da obra. Por isso, nos arredores da cidade instalou-se um acampamento composto de mais de 500 trabalhadores das obras da ferrovia, denominados na época como “turmeiros”.

Logo se tornou claro para os habitantes de Catalão que a modernização econômica em um ambiente tradicional tem um alto custo. No dia 2 de fevereiro de 1916, um dos trabalhadores do acampamento dirige um galanteio inoportuno a uma

mulher da cidade, que reagiu chamando-o de “porco” e “maloqueiro”. Ele, enfurecido, agride e assassina a mulher com vários projéteis. Acontece que a mulher morta era supostamente amante do delegado de polícia, um sujeito que tinha a alcunha de “suã de Vaca”. Um destacamento policial se dirige, no dia seguinte, ao acampamento dos trabalhadores para prender os culpados. Houve resistência e um soldado foi morto. Assim, na madrugada de 4 de fevereiro, a polícia, auxiliado por civis, prepararam uma tocaia para um grupo de trabalhadores que estavam em um trem de serviços. O trem é alvejado e 12 trabalhadores são mortos na hora, além de outros que ficaram gravemente feridos. (OLIVEIRA, 2012, p. 21-22).

Além de mostrar a incompatibilidade entre a modernização da estrutura material e a permanência de comportamentos tradicionais, a chamada “Chacina dos Turmeiros” provocou a paralisação imediata das obras da ferrovia em Goiás. De acordo com Barsanufu Gomide Borges:

A linha de Formiga e Catalão [...] foi marcada por morosidade e interrupção nos trabalhos. Neste trecho deu continuidade às obras do lado de Formiga e outro, em sentido contrário, partiu de Catalão. O objetivo era concluir o mais rápido possível a linha neste trecho. No entanto, em 1916 as obras estavam praticamente interrompidas nas duas frentes de trabalho. A falta de pagamento a empreiteiros e subempreiteiros resultou em falências e mandatos judiciais, interrompendo os trabalhos em quase todo o trecho. (BORGES, 1990, p. 67).

As obras chegaram a serem retomadas em 1918, por um breve período, mas a ligação entre a Estrada de Ferro Goiás e a Estrada de Ferro Oeste só iria se concretizar na década de 1940.

A explicação para a paralisação das obras passa por três vieses. O viés econômico realça as dificuldades financeiras e de abastecimento enfrentadas pela empresa francesa que conduzia as obras, intensificadas com o início da Primeira Guerra Mundial. O viés cultural realça o desconforto de partida oligarquia que dominava politicamente Catalão com as modificações introduzidas na cidade com as obras, já que o “o progresso nem sempre é recebido unissonamente” (BARBOSA, 1994, p. 254). O viés político destaca as maquinações das cidades do Triângulo Mineiro, pois a “a extensão dos trilhos [...] tiraria de Araguari a primazia de ser a ponta dos trilhos e a levaria a uma decadência” (CHAUL, 1994, p. 142).

As três explicações são viáveis e pertinentes historicamente. Contudo, não se deve subestimar o peso da catástrofe na paralisação das obras da ferrovia. As tragédias

têm uma força argumentativa que os fatos de ordem econômica e política não possuem. Elas dotam de legitimidade as ações controversas; convencem a opinião pública, emudecem o debatedor. Como não aceitar a razoabilidade dos administradores em paralisar as obras da ferrovia? Como não se calar diante da acusação dos deputados mineiros sobre o despreparo político e administrativo das autoridades goianas no apoio de uma obra demorada e cara como a ferrovia?

### **O Césio 137 e a mudança na representação na cidade de Goiânia.**

Goiânia foi construída e justificada sob o signo da modernidade. Desejava-se uma cidade moderna, ruas retas, largas, numeradas, uma cidade-jardim. Uma cidade que fosse motivo de orgulho e não de insultos e chacotas, como era o caso da antiga capital. Desde os anos iniciais da cidade de Goiânia, seus habitantes sempre se preocuparam em passar uma imagem de desenvolvimento para as outras cidades do Brasil e do mundo. Nas festividades que marcaram a inauguração de Goiânia em 1942, o chamado Batismo Cultural, ela foi elogiada pelos visitantes, considerada uma cidade moderna. Nesses dias, a cidade recebeu a visita de mais de 1.633 pessoas provenientes de várias unidades federativas do país e cerca de 140 pessoas de outras nacionalidades. Nos anos 60, 70 e 80 estabelece-se a imagem de Goiânia como cidade moderna. Até mesmo os historiadores profissionais – ordinariamente “do contra” – aceitavam a tese de que a cidade trouxe desenvolvimento e modernidade para Goiás. Um dos mais importantes deles, na década de 1970, afirmou peremptoriamente: “creio que é possível afirmar plenamente que a construção de Goiânia marcou o início de uma nova época no desenvolvimento de Goiás” pois embora não trazendo industrialização, ela trouxe “ânsia de renovação, a confiança num futuro melhor”, “o desenvolvimento do campo agropecuário e dos serviços”, “a virtude de divulgar o Estado, até então simples expressão geográfica no mapa” e o “aumento da população” (PALACIN, 1976, p. 98-102).

No entanto, toda essa imagem de progresso, modernidade, civilização e desenvolvimento foi comprometida pelo acidente radioativo em 1987. O acidente prejudicou a imagem de progresso do Estado. Diante do Césio, os goianos se sentiram comparáveis aos ingênuos índios, supostamente, enganados pelo Bandeirante danado: “Anhanguera, Anhanguera, diabo velho, feiticeiro que colocou fogo no prato de álcool e os índios acreditaram-se diante de um deus. O deus de hoje é esse material de estranho

brilho que todos reverenciam. (SILVA, 1987) A elite administrativa e intelectual de Goiás, sempre sensível às críticas que feriam imagem do Estado, viu-se, de repente, diante de um desgaste de proporções gigantescas. Com o acidente radioativo, Goiânia ficou sobre a mira da imprensa nacional e internacional. Jornais de vários países estamparam o assombro diante da ocorrência do acidente.

Portanto, o acidente com o Césio 137 foi a maior catástrofe da história de Goiás, não somente pelo número de mortos, pelo número de vítimas e pelos prejuízos econômicos, mas principalmente porque foi uma catástrofe conceitual. Ela abalou a crença no progresso e na técnica moderna e jogou Goiás nos braços da pós-modernidade. Goiânia foi construída sob a promessa de colocar o Estado no caminho do progresso. Em vez disso, a tecnologia moderna – quase que idolatrada por alguns – contaminou a cidade com um preconceito inimaginável.

Por isso, após 1987, a imagem da cidade moderna, planejada, passou a disputar e, gradativamente perder, espaço para a imagem da “cidade ecológica”. Esta nova imagem da cidade é facilmente percebida, se se comparar as listas telefônicas antes e depois do acidente. Nota-se, após o acidente com o Césio, a inclusão da agenda ecológica, como um dos principais argumentos positivos sobre a cidade. Antes disso, eram realçadas as características desenvolvimentistas.

A guinada em direção aos movimentos ecológicos não ficou apenas no discurso, foi colocada em prática na recuperação da imagem de Goiânia. A administração pública de Goiânia da época do acidente preocupou-se com a recuperação estética da cidade - o programa SOS Goiânia criou frentes de trabalho para, tendo o Centro como referência, limpar a cidade; as obras de construção do Mercado Central foram adiantadas e o prédio foi entregue à população; com isso, a área que funcionava provisoriamente como mercado, serviu de local para a instalação do Centro Comercial Popular alojando os ambulantes que se encontravam instalados nas principais avenidas da cidade.

Essa preocupação ecológica continuou nas administrações posteriores: a de 1988-1992 (prefeito Nion Albernaz - PSDB) e teve como plataforma administrativa básica a transformação de Goiânia na cidade das flores, por meio do ajardinamento de ruas e praças; esse embelezamento foi tão bem aceito pela população, que até a administração de esquerda, que governou a cidade de 1992 a 1996 (prefeito Darci Acorci - PT) não teve condições de abandoná-lo; e no quadriênio seguinte (1996 a

2000) Nion Albernaz reassumiu novamente o controle administrativo da cidade, tendo novamente como principal programa o embelezamento da cidade. Portanto, a partir dos anos 1990, a questão ambiental tornou-se uma questão política que não podia mais ser deixada de lado ou colocada numa posição periférica pelos administradores municipais. Ela converteu-se em questão essencial nos discursos daqueles que se propunham administrar a cidade, mesmo que nem sempre esses discursos tenham sido efetivamente colocados em prática.

Nesse sentido, o acidente com o Césio 137 foi a maior catástrofe de Goiás por causa do inusitado do ocorrido e por seus danos conceituais à identidade goiana.

### **Conclusão**

Apesar de muitos pensadores sobre a História, numa tradição que vai de Santo Agostinho até Edward Gibbon, defenderem que a história é um desfile de desgraças e tragédias, na prática historiográfica cotidiana o tema catástrofe foi pouco abordado pelos historiadores. Desde Heródoto, os historiadores aludiram a tragédias, infortúnios e sofrimentos em suas obras, no entanto, esses acontecimentos poucas vezes foram tomados isoladamente como objetos de reflexão; eles sempre apareceram como contra exemplos, como anomalias, como acidentes, indignos de uma análise sistemática. Isso porque para a vertente historiográfica dominante no século XIX, interessava-se muito mais mostrar as glórias do que as tragédias da nação. Já para as tendências dominantes da historiografia do século XX, como os *Annales* e o Marxismo Ocidental, as catástrofes foram rejeitadas por remeter a uma concepção de história factual, episódica e narrativa. Para essas duas tendências, o interesse maior era a análise de processos socioeconômicos. Foi somente com o advento da História Cultural, que o estudo das catástrofes tornou-se mais frequente, mesmo assim, muitas vezes, visto como uma mera curiosidade ou anedota.

Diferentemente desta tradição, procura-se considerar aqui as catástrofes como objetos heurísticos, reconhecendo a sua pertinência para o desvendamento de determinados temas sociológicos e históricos.

Catástrofe é o antípoda da ideologia do progresso, o avesso da modernidade, a materialização do caos, a prova do fracasso em controlar as forças do cosmos ou de criar instituições sociais adequadas. Clio sempre lidou com as catástrofes e suas roupas

sempre estiveram manchadas de sangue, mas o alvejante era bom e suas roupas se apresentavam sempre brancas e luzidias.No entanto, após os estudos de Hayden White, Michel Foucault e Walter Benjamin, não é mais possível esconder os custos e os perigos do progresso. Isso abriu possibilidades para o estudo das catástrofes como evento hermenêutico, como crítica ao racionalismo da modernidade e como potencialmente heurística para explicação dos eventos históricos.

### Referências Bibliográficas

BARBOSA, Juarez Costa. Parte III. In: GOMEZ, Luis Palacin; CHAUL, Nasr. Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. **História Política de Catalão**. Goiânia: UFG, 1994. p. 211-281.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U.;LASH, S. (Orgs.). **Modernização reflexiva**. São Paulo: Unesp, 1997.

BORGES, Barsanufu Gomide. **O despertar dos dormentes**. Goiânia: Editora da UFG, 1980.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

CHAUL, Nasr Fayad. Parte II. In: GOMEZ, Luis Palacin; CHAUL, Nasr. Fayad; BARBOSA, Juarez Costa. **História Política de Catalão**. Goiânia: UFG, 1994. p. 111-210.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LÖWY, Michel. A filosofia da história de Walter Benjamin. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 45, 2002. Disponível em:[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000200013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142002000200013&script=sci_arttext). Acesso em: 07 set. 2015.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **Chacinas, Combates & Massacres: medo e violência em Goiás**. Goiânia: Editora da PUC-GO, 2012.

PALACIN, Luis. **Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1976.

# NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS E OMERAMENTE CULTURAL<sup>1</sup>

Ana Carolina B. Pereira  
Universidade Federal da Bahia  
Doutora em História pela Universidade de Brasília

**Resumo:** O texto a seguir aborda um certo dilema enfrentado pela esquerda marxista em virtude tanto do avanço de tendências conservadoras autodeclaradas de direita, quanto do aprofundamento e crescimento das reivindicações por parte dos chamados “novos movimentos sociais”. Fruto de uma palestra, o texto apresenta uma linguagem mais próxima da oralidade e tem caráter assumidamente ensaístico.

**Palavras-chave:** Novos Movimentos Sociais – Marxismo – Política Queer – Judith Butler

Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer à comissão organizadora pela oportunidade de interlocução, sempre bem-vinda. Se tratando de um evento organizado e realizado pela Universidade Estadual de Goiás, instituição onde trabalhei durante quatro anos, esse diálogo, ademais, tem para mim um significado especial, entretido de afetos.

Em segundo lugar, devo advertir que não sou uma especialista em movimentos sociais e, portanto, corro o risco enorme – senão certo – de cometer equívocos teórico-conceituais e deslizes temáticos e bibliográficos.<sup>2</sup> O que, no entanto, me faz correr esse risco é, na verdade, a própria razão de ser da teoria da História, tal como eu a concebo.

Penso que, como teórica da História, não poderia perder a oportunidade de falar em uma mesa cujo tema é “Poder, representações e movimentos sociais”. Pois, muito distante da ideia de que a teoria seria uma prisioneira do mundo das ideias, penso que quando apartada do cotidiano, das questões concretas do mundo da vida, ela é absolutamente estéril e inútil.

---

<sup>1</sup> Originalmente apresentado como “Novos Movimentos Sociais e os limites da representação”, o título foi modificado para esta versão, considerando os desdobramentos do debate travado entre os membros da mesa e o público, cujo resultado parece ter sido a ênfase sobre a tradicional querela marxista sobre materialismo e cultura.

<sup>2</sup> Embora não seja minha intenção apresentar qualquer definição precisa, externo um delineamento daquilo que entendo por novos movimentos sociais. Em linhas bem gerais, estou me referindo a um perfil de Movimento social que interioriza o tema da identidade cultural como sua pauta principal.

Dito isso, eu gostaria de tratar de algumas questões que, acredito, são abarcadas pelo título “Novos Movimentos Sociais e o *meramente cultural*”. E meu ponto de partida é um texto de Judith Butler publicado na *New Left Review* em 1998, intitulado *Merely Cultural*. Esse texto tem origem em uma exposição de Butler realizada dois anos antes em uma das sessões plenárias sobre “Locations of Power”, na conferência “Rethinking Marxism” ocorrida em Amherst, Massachusetts.

Escolhi esse texto de Judith Butler como ponto de partida porque ele dá tom das reflexões que eu pretendo desenvolver e que seguem em duas diferentes direções: a) ao reconhecimento de que os novos movimentos sociais têm que lidar com uma dupla dificuldade – a do enfrentamento das tendências conservadoras declaradamente de direita e a dificuldade, no interior da própria esquerda, de compreender as interseções entre diferentes modalidades da existência –; b) à discussão sobre uma possível resposta ao segundo desafio mencionado, a partir da noção de *vidas precárias*, ou *corpos precários*, insistentemente abordada por Judith Butler na sua primeira visita ao Brasil.

Na década de 1990 Judith Butler denunciava o que ela considerou ser o ápice de uma postura de hostilidade frente aos novos movimentos sociais, por parte da esquerda marxista. Esse cenário evoluiu para uma polêmica intelectual que se resumia ao debate sobre o “meramente cultural”, uma discussão ressuscitada das cinzas, anacrônica e deslocada, pois que desconsiderava até mesmo os avanços assegurados pelo chamado “marxismo cultural”. E essa acusação direcionava-se, sobretudo, à política queer, isto é, à política voltada para os problemas de gênero e sexualidade.

A ênfase sobre a política queer, conforme a nova onda ortodoxa, devia-se ao fato de que se geralmente se concebem as lutas de classe e de raça em termos predominantemente econômicos e as lutas feministas em alguns casos como econômicas e em outros como culturais, as lutas queer são pensadas não só como lutas culturais, mas como o caso paradigmático da forma “meramente cultural” que tem assumido os novos movimentos sociais (BUTLER, 1998).

De modo sucinto e, ainda de acordo com Butler, os argumentos destinados à desqualificação dos novos movimentos sociais poderiam ser apresentados da seguinte forma: 1) a ênfase sobre o cultural, por parte da política de esquerda, levaria ao abandono do projeto materialista do marxismo; 2) os novos movimentos sociais pecam por não abordar as questões de equidade e redistribuição econômica; 3) os novos movimentos sociais não situam a cultura no marco de uma compreensão sistemática dos

modos de produção sociais e econômicos; 4) a ênfase da política de esquerda no cultural estaria dividindo a esquerda em seitas baseadas na identidade; 5) se estaria perdendo um conjunto de ideias e metas comuns, um sentido de história comum, um conjunto de valores comuns, uma linguagem comum e, inclusive, um modo objetivo e universal de racionalidade; 6) e por fim, a ênfase no cultural, por parte da política de esquerda, instauraria uma forma política auto referenciada e trivial que se limitaria a fatos, práticas e objetos efêmeros, em vez de oferecer uma visão mais sólida, séria e global da inter-relação sistemática das condições sociais e econômicas (BUTLER, 1998).

Entrementes tais argumentos, há ainda outro, mais específico, de que em casos como o da homofobia não haveria nenhum vínculo com a economia política, dado que os homossexuais não ocupam uma posição singular em relação à divisão do trabalho, nem tampouco se constituem como classe explorada. Em resumo, a injustiça da qual são vítimas diria respeito exclusivamente a uma questão de reconhecimento cultural e nada teriam a ver com opressão material.

A resposta de Butler a tais argumentos é contundente. Em primeiro lugar, afirma, a acusação de que os novos movimentos sociais são “meramente culturais” e que um marxismo unitário e progressista deveria retornar a um materialismo baseado em uma análise objetiva de classe parte do pressuposto de que a diferença entre a vida material e a cultural é algo estável. Estaríamos, portanto, diante do ressurgimento extemporâneo de um materialismo ortodoxo que desconsidera, dentre outras coisas, que a regulação da sexualidade também está vinculada ao modo de produção apto ao funcionamento da economia política, como atesta a divisão sexual do trabalho (tal como reproduzida pela relação entre família, propriedade e Estado).

O grande paradoxo, voltando ao problema da esquerda dividida, é que o ressurgimento da ortodoxia marxista invoca uma unidade que volta a dividir a esquerda. Isso porque haveria uma convivência, ombro a ombro, desta nova ortodoxia com um conservadorismo social e sexual, que considera de menor importância questões de raça e sexualidade, comparativamente às “autênticas” questões políticas. A grande pergunta, adverte Butler, seria: quais são os critérios de exclusão ou subordinação a partir dos quais se constrói essa pretensa unidade?

Em termos teóricos, afirma, há por trás de tais argumentos o pressuposto de que o pós-estruturalismo bloqueia o marxismo. Mais precisamente, o que se afirma é que qualquer possibilidade de oferecer explicações sistemáticas da vida social ou de

sustentarnormas de racionalidade – objetivas, universais ou ambas – seria impedida por esse pós-estruturalismo que invadiu o campo da política cultural e no qual operaria uma corrente destrutiva, relativista e politicamente paralisante (BUTLER, 1998).

Estou de acordo com as respostas apresentadas por Butler a cada um dos argumentos mencionados anteriormente. Contudo, o que Butler diagnosticou nos Estados Unidos há quase vinte anos manifesta-se de um modo peculiar no Brasil de hoje. Pois entre nós parece existir uma dificuldade enorme em considerar as interseções entre diferentes modalidades da existência, inclusive no interior dos assim chamados “estudos queer”. O discurso da performatividade e transitividade, em geral utilizado como alternativa ao discurso e à política das identidades estáveis e de contornos bem definidos, contrasta, por exemplo, com a legítima reivindicação da identidade negra. É ali, onde as distintas modalidades do existir se cruzam, ou melhor, se chocam com uma marca indelével e, portanto, *intransitiva* como a cor da pele, que reside o desafio político.

Mas esse desafio é de fato político e não teórico. Em outras palavras, a dificuldade de considerar as interseções de gênero, sexualidade, raça, etnia, classe, enfim, resulta menos de uma lacuna teórica do que do modo como os estudos e a política queer foram, por assim dizer, “abrasileirados”. Essa dificuldade ficou evidente, por exemplo, na indisfarçável tensão racial e classista manifesta durante a primeira conferência de Judith Butler no Brasil, realizada no tradicional Teatro Castro Alves, na cidade de Salvador.<sup>3</sup>

Afirmar que o desafio é político e não teórico é fundamental. Pois, se nos perguntarmos, em diálogo com a filosofia de Judith Butler, de que categoria dispomos para pensar essas realidades complexas, essas confluências labirínticas da existência e das condições materiais de vida, a autora nos oferece um caminho de análise extremamente profícuo com a noção de “vida precária” ou “corpos precários”.

Em relação ao desafio da fragmentação da esquerda pelo ressurgimento extemporâneo do materialismo ortodoxo, a ideia de vida precária e, ainda mais, de corpos precários, é promissora por pelo menos duas razões. Em primeiro lugar porque pressupõe que todas as pessoas padecem, em algum grau, de vulnerabilidade, pois toda

---

<sup>3</sup> Na ocasião, após encerrada a fala de Butler – e a seu pedido – abriu-se espaço para que a plateia fizesse cinco perguntas, das quais duas abarcaram diretamente, além das questões de gênero e sexualidade, problemas relacionados à discriminação racial e de classe.

vida é precária. Então, de saída, o termo problematiza e complexifica oposições maniqueístas e simplistas como as que separam “oprimidos” de “opressores”(o que não significa que tenhamos que abandoná-las). Em segundo lugar porque mantém a marca ou viés marxista da materialidade, pois é o corpo o *locus* da perspectiva e da vivência, das condições materiais do viver. É o corpo, em síntese, o porta-voz da agência e do sofrimento.

Mas além disso, com uma tal acepção de vida precária Butler sinaliza para outras possibilidades de reflexão, não restritas ao universo da vida humana, conforme afirma na seguinte passagem:

Em primeiro lugar, pretendo afirmar que toda vida é precária, e que este caráter de precariedade afeta tanto a vida humana como a não humana. Em certo sentido, a precariedade implica que somos animais humanos e que, portanto, estamos conectados a outros tipos de seres vivos (BUTLER, 2011, p. 69).

Ao considerar que a precariedade afeta a vida de humanos e não humanos, a perspectiva de Butler flerta, por exemplo, com o anti-especismo e com a ecologia, revelando um enorme potencial aglutinador.

Mas ainda com respeito ao desafio imputado à esquerda marxista pelo avanço conservador e por ela mesma, as considerações a seguir sintetizam satisfatoriamente a perspectiva de Judith Butler e, quiçá, oferece uma expectativa de futuro para as organizações de esquerda e para os novos movimentos sociais.

Em segundo lugar, pretendo mostrar uma precariedade produto de uma política, a mesma que busca criar mais precariedade para umas populações do que para outras. É o que se poderia chamar uma distribuição diferencial da precariedade, a qual está ligada à distribuição diferencial da saúde e dos bens, e que também se relaciona com o aspecto da vida humana exposta à fome, à intempérie, à violência ou à destruição. Creio que se se conectassem populações a partir de sua exposição diferencial à precariedade se constituiria uma base não identitária para a aliança; tudo isso seria muito importante para o futuro da esquerda. Também serviria para a difusão do pensamento materialista (BUTLER, 2011, p. 69).

Utopia! Poderiam dizer com menosprezo e com o claro intuito de desacreditar e desencorajar quaisquer pretensões transformadoras. Mas de que valeria, afinal, tanto esforço reflexivo senão para vislumbrar um mundo diferente do que este em que vivemos?

## Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. Merely Cultural. **New Left Review**, I/227, January-February 1998.

\_\_\_\_\_. Vida Precária. **Contemporânea**, Dossiê Diferenças e (Des)Igualdades, n.1, p. 13-33, jan.-jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’. **Cadernos Pagu**, n. 11, p.11-42, 1998.

\_\_\_\_\_. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, n. 21, p.219-260, 2003.

CÓRDOBA, David; MELONI, Carolina. A propósito de las vidas precarias. Entrevista a Judith Butler. **La Torre del Virrey**: revista de estudios culturales, n. 10, p. 69-73, 2011.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Estudos Feministas**, ano 10, 1º semestre 2002.

# OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO SUJEITOS DE RESISTÊNCIA ÀS POLÍTICAS LIBERAIS

Luiz Bezerra Neto  
Doutor em Educação pela Universidade Estadual de  
Campinas  
Professor do PPGE da Universidade Federal de São Carlos

Flávio Reis dos Santos  
Doutor em Educação pela Universidade Federal de São  
Carlos  
Professor do PPGAS da Universidade Estadual de Goiás

## Primeiras Palavras

As proposições para a adequação das ações nos campos político, econômico e social brasileiros têm ocupado significativo espaço nas discussões de distintos grupos políticos em nível nacional, nas quais, as questões econômicas e sociais constituem o cerne dos problemas da nação. Tais grupos convergem discursivamente, na medida em que alegam que recursos destinados à habitação, saúde, transporte, educação, segurança, previdência, infraestrutura oneram em demasia a receita do país e precisam ser revistos para que seja possível empreender a equalização econômico-financeira do Brasil para mantê-lo nos trilhos do desenvolvimento.

Essa linha de defesa ideológica recorrentemente adotada pela política direitista é caracterizada por recursos discursivos relativamente limitados, mas que vem se tornando senso comum. As suas proposições políticas não se restringem à defesa e proteção de “um passado romântico”, elas passaram a ser encaradas em nossos dias, definitivamente, como “soluções radicais”, imprescindíveis para reorganizar a vida política, econômica e social do país, ou melhor, de qualquer país (APPLE, 2003).

Eis a emergência de uma nova concepção de conservadorismo que pode ser especificada com o emprego da denominação “neoconservadorismo”, ou “modernização conservadora”, expressão utilizada por Roger Dale (1989) e por Michael Apple (2002a). As proposições políticas neoconservadoras ultrapassam todos os limites do que,

tradicionalmente, foi (é) compreendido como “direita<sup>1</sup>”, visto que elas têm sido sistematicamente construídas, adotadas e praticadas por distintos grupos políticos no interior do governo: coalizão conservadora ou nova direita.

A coalizão conservadora é composta por neoliberais, neoconservadores, agropecuaristas, ativistas religiosos autoritários (evangélicos radicais) e classe média profissional (APPLE, 2002a). Estes distintos grupos possuem história de autonomia e dinâmicas próprias, mas optaram por subordinarem-se ao movimento conservador mais abrangente para assegurar a defesa de seus interesses e sua posição como estrato componente da classe dominante.

A estratégia manipuladora empregada pela coalizão conservadora tem alcançado expressivo sucesso, na medida em que captura, coopta, arrebanha um contingente cada vez mais expressivo de pessoas à sua causa. Um aspecto a ser ressaltado para a efetivação desse êxito se refere ao poder econômico das forças de modernização conservadora, que incide diretamente na vida do proletariado, dramaticamente alterada pelas políticas praticadas pela coalizão.

De acordo com Michael Apple (2002a, p. 82), parte do sucesso da coalizão conservadora se deve a um processo consistente de organização e renúncia coletiva, construído no decurso de quarenta anos, em que cada grupo componente da aliança, sacrifica parte de sua própria agenda para contribuir e assegurar o interesse comum.

### **Brasil: O Terceiro Turno das Eleições de 2014**

Com o término das eleições de 2014 e início do ano legislativo de 2015, a agenda neoconservadora – esquecida por algum tempo – reocupou o cenário político brasileiro, sobretudo com a movimentação das bancadas conservadoras: evangélicos radicais (bancada da bíblia), ruralistas (bancada do boi), militares e fabricantes de armas (bancada da bala), ex-jogadores de futebol e demais esportistas (bancada da bola), que propuseram dentre outros temas, a redução da maioria penal, flexibilização e redução dos direitos trabalhistas. No entendimento do Professor Ruy Braga da Universidade de São Paulo (USP), a denominada “Lei da Terceirização” (Projeto de Lei

---

<sup>1</sup> Concepção conservadora de sociedade vinculada ao comportamento tradicional, supostamente orientada pelos princípios da moral, dos bons costumes e da manutenção do poder burguês.

4.330/2004) violenta os direitos dos trabalhadores e representa mesmo a maior derrota imposta à população brasileira desde o golpe de 1964.

O PL 4.330/2004, se aprovado pelo Senado, puxará para baixo os salários de cerca de 18 milhões de trabalhadores. Além disso, a arrecadação federal despencará, afetando o consumo, os programas de distribuição de renda e, sobretudo, os serviços públicos, como podemos observar durante todo o ano de 2015. De acordo com Ruy Braga (2015), este Projeto completa o desmonte neoliberal iniciado por Fernando Henrique Cardoso (FHC) e sela a mobilização do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que visa fundamentalmente acabar com os programas sociais largamente implementados durante a gestão de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010).

Com relação a estes desmontes o atual presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (2015) do PMDB já proferiu o que as classes média e alta queriam ouvir: “muitos programas sociais vão ter que acabar, não tem outro jeito”. Cunha (2015) argumenta que “é preciso ter arrecadação de impostos para sustentar tudo isso e a sociedade vai ter que decidir se quer manter esses programas. Será necessário, então fazer uma opção”, ou se aumenta a carga tributária, o que é muito difícil, ou se cortam os programas sociais.

Para grande parte da elite, “os programas sociais são apenas e tão somente fábricas de vagabundos”, pois o que importa é economizar recursos para se pagar os juros da dívida. Nesse caso, estes estratos da classe dominante se revoltam apenas com os cortes no Programa Ciência sem Fronteiras, por exemplo, pois muitos de seus filhos são beneficiários do Programa e foram enviados ao exterior para estudar.

Pensando em um governo do PMBD, o vice-presidente Michel Temer, que vinha conspirando abertamente contra o governo de Dilma Rousseff, afirmou recentemente que a presidente não se manterá no cargo por mais três anos e meio com baixo índice de aceitação popular. Discurso que muito agradou Rosângela Lyra,<sup>2</sup> presidente do movimento denominado Política Viva, que já recebeu dentre outros políticos, o senadores José Serra e Aloysio Nunes do Partido da Social Democracia

---

<sup>2</sup> Rosângela é ex-representante da grife Dior no Brasil, locomotiva da sociedade paulistana, católica fervorosa, ficou conhecida como sogra de Kaká (o casal se separou). Desde o ano passado embarcou na histeria pró-impeachment. Ela tem pendurada uma bandeira do Brasil de ponta-cabeça na varanda de seu apartamento no Itaim Bibi, que só será desvirada “quando o PT sair”.

Brasileira (PSDB) e Ronaldo Caiado do Democratas para tramar contra o governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Sobre a precarização das relações de trabalho, propostas pelo Congresso, Sávio Cavalcante da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) afirma que se aprovado na íntegra, ou mesmo parcialmente, o PL 4.330/2004 representará:

[...] uma modificação estrutural das relações trabalhistas no país. Seus formuladores defendem o projeto porque ele regulamentaria a terceirização no Brasil, uma prática já largamente utilizada por empresas de todos os ramos e que teria por objetivo principal a busca de eficiência, agilidade e qualidade com aumento da oferta de empregos (CAVALCANTE, 2015, p. 1).

Mas, em verdade, o que a proposta de terceirização objetiva é a eliminação de:

[...] qualquer barreira jurídica à contratação de “prestadores de serviços”, os quais poderiam exercer funções relativas a atividades “inerentes, acessórias ou complementares” à atividade econômica da contratante, ou seja, nas chamadas atividades-meio e atividades-fim, termos criados pela jurisprudência em vigor (CAVALCANTE, 2015, p. 1).

Corroborando com esta leitura, Piero Locatelli, repórter da Repórter Brasil, constata que:

O salário de trabalhadores terceirizados é 24% menor do que o dos empregados formais, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). No setor bancário, a diferença é ainda maior: eles ganham em média um terço do salário dos contratados. Segundo o Sindicato dos Bancários de São Paulo, eles não têm participação nos lucros, auxílio-creche e jornada de seis horas (LOCATELLI, 2015, p. 1).

É importante salientar que a terceirização atingirá todos os trabalhadores tanto do campo quanto das cidades, o que constitui um excelente negócio para os empresários, sem considerar que a utilização de mão de obra terceirizada constitui estratégia para burlar as responsabilidades trabalhistas. Não é demasiado lembrar que entre os anos de 2010 e 2014, “cerca de 90% dos trabalhadores resgatados nos dez maiores flagrantes de trabalho escravo contemporâneo eram terceirizados, conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego” (LOCATELLI, 2015, p. 1).

### **Movimentos Sociais e Crises no Brasil**

Historicamente, os movimentos sociais no Brasil surgiram ligados à esquerda. Esta ocorrência se verificou até o surgimento dos chamados “novos movimentos

sociais”, que emergiram na segunda metade do século XX, mais especificamente, os movimentos que deram origem à criação de Organizações não Governamentais (ONGs) vinculadas à direita política e sem compromisso com a classe trabalhadora.

Esses movimentos, via de regra, negam o materialismo histórico e recentemente passaram a se organizar por meio das denominadas “redes sociais”, sem controle e com lideranças que nem sempre mostram a cara. Dentre os movimentos de direita, ou melhor da nova direita que surgiram no Brasil nos últimos anos, podemos destacar o “Movimento Brasil Livre”, liderado por Kim Kataguiri, “Movimento Vem pra Rua” chamado por Rogério Chequer, o “Revoltados On-Line” conduzido por Marcelo Reis e o “Movimento Mais Valores, Menos Impostos”, coordenado por Matheus Sathler, ex-candidato a deputado federal pelo PSDB, defensor dos “kits macho e kit fêmea”.

Todos estes movimentos têm em comum a defesa de privilégios das elites neoliberais e neoconservadores, que defendem o fim dos programas sociais implementados e praticados nos governos Lula e Dilma e a redução de direitos dos trabalhadores, seguindo a dinâmica do Estado Mínimo não interventor.

Com esta nova realidade, vários tipos de movimentos sociais surgiram, alguns ligados à esquerda, que buscam uma transformação real da sociedade e outros ligados à direita, que visam usar a força do povo para a manutenção do *status quo*. Em outras palavras, que podemos observar no Brasil de um lado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), dentre tantos outros, tentando defender posições mais à esquerda, e de outro lado, os vários movimentos da nova direita tentando a derrubada do governo legitimamente eleito.

Estes movimentos ligados à nova direita e fomentados por mídias sociais, sobretudo pela Rede Globo de Televisão têm se desenvolvido, principalmente, porque estamos vivendo um período que se conjugaram três grandes crises: uma crise econômica, uma crise política e uma crise social.

A crise política tem se aprofundado devido ao fato de que a esquerda nos últimos anos vem reduzido a luta política à luta eleitoral e com isso sucumbe às armadilhas da política tradicional, fazendo com que distintos grupos que antes eram contrários, passassem a aceitar como “normal” a corrupção patrocinada pelo financiamento privado de campanhas, por exemplo. A crise política iniciada após a

reeleição de Dilma Rousseff e a ofensiva dos setores mais conservadores do país com o objetivo de derrubar a presidente eleita pelo voto popular, recolocou essas advertências, ou diria divergências, na ordem do dia.

João Pedro Stédile, coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST), ao participar da abertura do 14º Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em Porto Alegre, afirmou que “a esquerda desaprendeu a fazer trabalho de base, de conscientizar o povo, de fazer pequenas reuniões. Faz vinte anos que a esquerda só pensa em eleição” (WESSHEIMER, 2015, p. 1 e 8). Stédile argumenta ainda, que a crise política estabelecida pelas disputas fomentadas com vistas ao controle dos aparelhos de Estado se intensificou com o:

[...] o sequestro da democracia brasileira feito pelos capitalistas por meio do financiamento privado das campanhas eleitorais. As dez maiores empresas do país financiaram cerca de 70% dos parlamentares, processo este que gerou os Cunha da vida e os seus 300 aliados. Hoje, a população não se reconhece nos políticos. Diversas pesquisas de opinião apontam os políticos com o menor índice de credibilidade. Então, temos uma dicotomia aí. O que acontece na política não reflete na sociedade, ou só reflete negativamente (WESSHEIMER, 2015, p. 2).

Ao falar sobre a crise econômica, Stédile lembrou que estamos vivenciando uma crise que afeta a economia brasileira, que já não cresce há dois anos e deve ficar ainda mais alguns sem crescer, já que estamos passando por um forte processo de desindustrialização que já se reflete inclusive na classe trabalhadora, com aumento do desemprego e a diminuição do salário médio.

Além disso, temos também uma grave crise social, cuja ponta do iceberg apareceu nos protestos de junho de 2013. Naquele momento, “o governo adotou uma retórica de diálogo, porém, todos aqueles problemas sociais que eram substratos para as mobilizações de junho não se resolveram”, muito longe disso, “os problemas de moradia, de transporte público, de acesso à universidade, todos eles se agravaram” (WESSHEIMER, 2015, p. 4).

Para solucionar a crise econômica, de acordo com Stédile, os empresários ou os detentores do poder econômico, já apresentaram a sua proposta de saída. Para ele, esta saída não foi apresentada em um programa formalizado, mas é possível perceber em suas reuniões e discursos que a:

[...] proposta consiste em realinhar a economia brasileira aos Estados Unidos, que foi um pouco o que aconteceu em 1964. A ideia é que os

americanos venham para cá, invistam e tirem a economia da crise, ampliando o mercado para as empresas brasileiras que entrariam de maneira subalterna numa relação com a economia industrial norte-americana. Em segundo lugar, consiste em diminuir o papel do Estado, que hoje se expressa nas propostas de cortar gastos sociais, de diminuir o número de ministérios, de diminuir os gastos com a Previdência, etc. Tudo isso é firula para voltar a velha tese de que o mercado é que resolve. Em terceiro lugar, é diminuir o custo da mão de obra. Esse é o programa deles, que ainda não pode ser explicitado, pois, em sua essência, esse programa é o neoliberalismo, que foi derrotado nas últimas quatro eleições. Eles não podem simplesmente apresentá-lo de novo (WEISSHEIMER, 2015, p. 3).

Diante deste quadro a classe média vislumbrando sair da crise e sem compreender o desenvolvimento da história apresenta como possibilidade o programa da nova direita, ou seja, o golpe. Mas isso não é programa, não resolve nenhuma das três crises, pelo contrário, de acordo com Stédile, se houver um golpe institucional, se criará uma quarta crise:

[...] uma crise institucional, que levaria os movimentos sociais e populares para as ruas. Isso desarrumaria todas aquelas regras do Estado burguês que, apesar da crise política, todo mundo segue respeitando. Se isso acontecesse, por que não poderíamos, por exemplo, pedir o impeachment do Sartori ou do Alckmin, cujas campanhas também foram financiadas por empresas privadas. Então, a saída dessa classe média é burra. A nossa sorte, e a deles também, é que representam uma parcela muito pequena da sociedade. É por isso que as mobilizações deles não aumentam. E tem que ser feitas sempre no domingo. É muito mais um festival [...], do que propriamente uma luta política (WEISSHEIMER, 2015, p. 5).

Uma das dificuldades para conter essa crise é que a classe trabalhadora, por meio de seus movimentos sociais, sindicais e populares não está conseguindo apresentar um programa de saída para a mesma. De acordo com Stédile “as direções de organizações como CUT, UNE, MST, os movimentos de luta pela moradia, estão tentando unificar uma agenda”, mas o que estes organismos conseguiram até agora foi construir “um programa defensivo contra o golpe, em defesa dos direitos, contra o neoliberalismo, ou seja, é uma defesa do passado [...]. Para a classe trabalhadora também está sendo difícil construir um programa propositivo capaz de retomar a ofensiva na direção das mudanças” (WEISSHEMER, 2015, p. 5-6).

### **Reforma Agrária e Modernização Conservadora**

Não podemos negar que a crise social é duradoura e vem se agravando devido ao fato de que não resolvemos antigas questões sociais, principalmente aquelas ligadas

aos problemas da terra no país, que não se transformaram ao longo das últimas décadas, mesmo com a presença de governos mais simpáticos às demandas da classe trabalhadora, haja vista que em 30 de setembro de 2009, tomando por base as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o site da UOL informava que:

A histórica desigualdade na distribuição de terras no Brasil se manteve inalterada nos últimos 20 anos, com quase a metade das propriedades rurais nas mãos dos grandes fazendeiros, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o Censo Agro 2006, [...] as propriedades com até dez hectares ocupam 2,7% das terras destinadas à agropecuária, enquanto as fazendas com mais de mil hectares ficam com 43% da área total (UOL, 2009, p. 1).

Havendo, portanto, uma grande concentração de terras em forma de grandes propriedades, fazendo com que a desigual distribuição permaneça praticamente a mesma registrada nos censos agropecuários realizados pelo IBGE desde 1985. Para tenhamos uma noção do quadro:

[...] os minifúndios (áreas com até dez hectares), que ocupavam 2,2% das terras em 1995, passaram a representar 2,7% em 2006, enquanto que a área ocupada pelos latifúndios (mais de mil hectares) se reduziu levemente, de 45,1% em 1995, para 43% em 2006 [...] as granjas com menos de dez hectares representavam 47% do número de propriedades rurais do Brasil em 2006, enquanto que as de mais de mil hectares equivaliam a apenas 0,91% do total das propriedades. (UOL, 2009, p. 1).

Apesar da distribuição de terra ter mantido sua histórica desigualdade e a modernização da agricultura ter agravado sua concentração é a agricultura familiar quem mais produz alimentos, apesar ter uma área menor. “Os 4,4 milhões de estabelecimentos descritos como de agricultura familiar representavam 84,4% do total das granjas e ocupavam 24,3% da área agrícola do Brasil. Apesar disso, geraram 34% do valor total da produção agropecuária do país em 2006” (UOL, 2009, p. 1).

Para resolver estes problemas de concentração de terras, a reforma agrária no Brasil poderia trazer uma grande contribuição, sobretudo no que diz respeito à desconcentração das mesmas. Contudo, ocorre que a reforma agrária tem sido realizada a partir de leis elaboradas por uma elite que congrega desde empresário até latifundiários que não tem interesse em abrir mão do controle sobre a propriedade privada dos meios de produção, o que faz com que a distribuição de terras avance muito pouco principalmente no sentido de gerar renda aos pequenos agricultores, bem como

melhorar as condições de desenvolvimento agrário aumentando a produtividade para as famílias assentadas.

Para que possamos entender as dificuldades do processo de assentamentos e redistribuição de terras, basta recorrermos ao número médio de **famílias assentadas no Brasil nos últimos governos**: 18.500 famílias no Governo de João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985); 18.000 famílias no Governo de José Sarney (1985-1990); 19.000 famílias no Governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992); 11.000 famílias no Governo de Itamar Franco (1992-1995); 67.588 famílias no Governo de Fernando Henrique (1995-2003), embora, boa parcela aqui, seja apenas regularização; 76.761 famílias no Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010); e 25.112 famílias no primeiro governo da presidente Dilma Rousseff (2011-13).

Neste sentido, o neoliberalismo e o neoconservadorismo que vem se aprofundando, sobretudo com o avanço da nova direita no Congresso Nacional e em setores do executivo, aparece mais claramente no artigo publicado em 03 de setembro de 2015, no *Jornal Brasil de Fato* por José Antônio Lima, que afirmou que a nova direita defende um “Estado mínimo em um país sem o mínimo de Estado”, expresso no anúncio do ministro do Planejamento, Nelson Barbosa em encontro com deputados do PT no dia 31 de agosto de 2015, ao anunciar a redução de concursos públicos como medida de contenção mediante o corte de gastos.

As reivindicações de cortes de despesas, principalmente por meio da redução de salários dos funcionários públicos e da diminuição dos mesmos tem sido a arma da nova direita e da classe média desinformada quer pela falta de estudos, quer pelos discursos da mídia que fomentam esta situação, a exemplo do colunista Fernando Canzian, na *Folha de S. Paulo*, do dia 27 de agosto de 2015, que em tom de denúncia, “anunciou que Lula e Dilma fizeram explodir o total de funcionários da administração pública federal. A primeira informação é de que os dois contrataram 129.641 servidores concursados, elevando o total para 615.621” (CANZIAN, 2015, p. 1).

Apesar da “denúncia” de Canzian (*Folha de S. Paulo*) não podemos afirmar que este número é grande ou é pequeno, pois só saberemos se é grande ou pequeno se tivermos instrumentos de comparação a outros equivalentes, mas a coluna não faz isso. Parte da premissa, de que são muitos os funcionários públicos, quase sempre insinuando que a maioria produz pouco e não se justificaria tal número.

Para José Antônio Lima, ao se confrontar “os dados brasileiros com os da OCDE, grupo dos países mais desenvolvidos do mundo e alguns em desenvolvimento, fica bem claro que tratar o número como alto sem refletir sobre seu significado é um equívoco” (LIMA, 2015, p. 2). Prossegue Lima, argumentando que em 2013:

[...] o emprego no setor público brasileiro (federal, estadual, municipal e em empresas públicas) representava 12,11% do total de empregos, enquanto a média da OCDE era de 21,28%. Acima do Brasil aparecem desde os paraísos do bem-estar social, como Dinamarca (31,89%) e Noruega (31,62%), até países de tradição bem menos estatista, como Reino Unido (23,49%) e Canadá (20,43%) (LIMA, 2015, p. 2).

Embora não seja este o debate mais importante, estes dados servem para mostrar o quão falacioso é o discurso sobre o inchaço da máquina pública, levando Lima a afirmar que

A ânsia pela diminuição do Estado brasileiro agride não apenas os números, mas a realidade. Uma rápida busca pelo noticiário nacional ajuda a demonstrar que enquanto muitos buscam implantar a tese do Estado mínimo no Brasil, o País ainda nem chegou ao mínimo de Estado necessário para funcionar (LIMA, 2015, p. 3).

Para Lima, a prova de que o número de funcionários públicos no Brasil é pequeno, é que:

Na educação, por exemplo, o então ministro da área, Aloizio Mercadante, afirmou em 2012 que faltavam 170 mil professores de matemática, química e física no País, e, nas universidades federais, a falta de servidores é uma reclamação corrente. No Judiciário, há inúmeros casos de comarcas sem juízes e uma estimativa de que faltam dez mil defensores públicos (LIMA, 2015, p. 3).

Ainda de acordo com Lima:

Segundo o Sindicato dos Servidores da Polícia Federal no Estado de São Paulo, a PF deveria contar com o triplo de profissionais de que dispõe atualmente. Na Polícia Rodoviária Federal, a realidade é semelhante, e inúmeros postos têm sido fechados por falta de pessoal [...] No Ibama 47 servidores que ao menos até 2014, deveriam fiscalizar sozinhos os crimes ambientais no Amazonas, estado do tamanho de França, Alemanha, Espanha e Portugal juntos (LIMA, 2015, p. 3-4).

### **Brasil Norte-Nordeste e Brasil Centro-Sul**

No mesmo Jornal Brasil de Fato, de 2 de setembro de 2015, em matéria de Victor Tineo, o diretor do IPEA, Marco Aurélio Costa, afirma que “Ainda existem dois

Brasil”, dado que a diminuição da vulnerabilidade social no país se deu de forma desigual do ponto de vista regional. Para o diretor do IPEA, as questões de trabalho e renda foram as que mais tiveram impacto na diminuição da vulnerabilidade. Para ele o impacto na renda e trabalho foi de 34%, Capital Humano 28% e na infraestrutura urbana 16%.

Segundo Marco Aurélio Costa, a dimensão Renda e Trabalho apresenta uma diminuição grande, dado que por mais de uma década, passamos por um período de crescimento econômico com redução do desemprego e aumento da renda das famílias mais pobres. Além disso, “houve redução no percentual de pessoas com renda abaixo de meio salário mínimo, diminuiu o trabalho infantil, que é efeito de políticas públicas. Foi uma década bastante positiva para os indicadores econômicos” (TINEO, 2015, p. 1-2).

Apesar de avanços nos índices de vulnerabilidade, esta melhora não se deu de forma igualitária em todo o país. As desigualdades regionais prevaleceram, pois nem todos os Estados e municípios se empenharam da mesma forma. Assim, é possível observar que:

No Brasil como um todo, apenas 53 municípios apresentaram aumento da vulnerabilidade social e 24 deles são do Maranhão, que é o estado com os municípios piores colocados no ranking. Isso significa que mesmo havendo políticas sociais bem desenhadas, e um esforço para lidar com os desafios da pobreza, da exclusão social e da vulnerabilidade social, a execução das políticas públicas está compartilhada entre União, estados e municípios. Então é muito importante que os municípios assumam o papel deles na execução das políticas sociais (TINEO, 2015, p. 2).

Seguindo este raciocínio, Costa aponta que “existem dois brasis, o Brasil Norte-Nordeste e o Brasil Centro-Sul. No norte e nordeste há um conjunto de municípios com baixo IDHM e também com alta vulnerabilidade social” (TINEO, 2015, p. 2). Se no Norte e Nordeste os índices de vulnerabilidade são muito elevados, no Sudeste e Sul do Brasil, poucos municípios apresentam IDH muito baixo e os índices de vulnerabilidade são baixíssimos.

Apesar de ter melhorado a situação média do brasileiro, de acordo com Róber Iturriet Avila, em texto publicado no portal “Brasil Debate“, denominado “Os limites atuais da distribuição de renda e riqueza no Brasil”, nos alerta que a concentração de terras e rendas deste país está entre os mais perversos do mundo, mesmo tendo melhorado nos últimos anos. Para compreendermos a perversidade da concentração de riquezas é preciso considerar que os 0,9% mais ricos do país detêm cerca de 68,49% da

riqueza, sendo que as principais fontes de acumulação de riqueza são os fluxos de renda e heranças.

Estes dados de distribuição de renda difundidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, retratam um avanço modesto em relação a 2012. De acordo com a PNAD, nesse início do século 21, a apropriação de renda daqueles que estão na faixa dos 10% mais elevados recuou de 47,44% em 2001 para 41,55% em 2013. Já aqueles que estão nas faixas 50% mais baixas passaram de 12,6% para 16,41%. Ou seja, a concentração aqui é muito superior à dos Estados Unidos. Lá, cerca de 10% da população concentra 72% da riqueza.

Esta má distribuição de renda pode ser explicada também pela forma como o Estado brasileiro administra sua dívida pública, dado que grandes parcelas dos recursos públicos (União Estados e Municípios) são destinadas ao pagamento de juros da dívida. *Maria Lucia Fattorelli e Rodrigo Ávila, a primeira, Coordenadora Nacional e o segundo, Economista da Auditoria Cidadã da Dívida* argumentam que:

Em 2014, o governo federal gastou R\$ 978 bilhões com juros e amortizações da dívida pública, o que representou 45,11% de todo o orçamento efetivamente executado no ano. Essa quantia corresponde a 12 vezes o que foi destinado à educação, 11 vezes aos gastos com saúde, ou mais que o dobro dos gastos com a Previdência Social (FATORELLI; ÁVILA, 2015, p. 1).

### **O orçamento Geral da União executado em 2014, de acordo com o site do senado federal, foi de R\$ 2,168 trilhões**

Em dados contabilizados pelo próprio governo através do SIAFI. Assim, podemos constatar que os financistas se apropriaram e continuarão a se apropriar de praticamente a metade dos recursos financeiros do país e o fazem em detrimento de todo o povo brasileiro.

Para enfrentar esta situação, temos a luta dos movimentos sociais que apoiam a Auditoria Cidadã da Dívida, bem como ações em defesa de direitos, inclusive do direito à educação, como podemos observar a discussão e luta por uma pauta unificada dos movimentos sociais camponeses, na luta pela educação do campo.

### **Movimentos Sociais e Educação do Campo**

Os movimentos sociais que atuam no campo têm reivindicado, dentre outras coisas, o não fechamento das Escolas do Campo, a matrícula na escola mais próxima da residência das crianças, o cumprimento dos dispositivos legais contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), referente ao fechamento de Escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas, sobretudo o dispositivo da Lei 12.960, de 27 de março de 2014, que altera o artigo 28 LDB, cujo parágrafo único, afirma:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (BRASIL, 2014).

Outra importante reivindicação dos movimentos sociais é a manutenção e expansão da Pedagogia da Alternância nas escolas do sistema estadual de ensino, bem como a aprovação de calendário específico, das escolas organizadas por meio da Pedagogia da Alternância pelas Superintendências Regionais de Educação.

Além dos movimentos sociais o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), reunido em Brasília nos dias 13 e 14 de junho, de 2013, propôs, dentre outras coisas, a construção de mais escolas no campo, independentemente do número de alunos da localidade. Ao defender a escola no campo, o FONEC defende que a escola conte com “refeitório, área coberta, espaço multiuso, para a comunidade também se servir, espaços adequados para hortas e outras atividades voltadas para a produção e o lazer” (FONEC, 2013).

O FONEC participou e continua participando das campanhas dos “10% do PIB para a educação”, assim como do “dinheiro público para as escolas públicas” e da luta contra o fechamento das escolas do campo. É preciso lembrar que mais de 4 mil escolas do campo fecharam suas portas somente em 2014, o que dá uma média de oito escolas rurais fechadas por dia em todo país. Nos últimos 15 anos, mais de 37 mil unidades encerraram as atividades.

De acordo com Erivan Hilário, do setor de educação do MST, “o fechamento das escolas no campo não pode ser entendido somente pelo viés da educação. O que está em jogo é a opção do governo por um modelo de desenvolvimento para o campo, que é o agronegócio” (FONEC, 2013).

As escolas que não têm fechado suas portas por canetadas dos prefeitos têm primado pela precariedade. A maioria das escolas rurais continuam sem infraestrutura adequada, biblioteca, internet ou laboratório de ciências, isto quando a escola conta com energia elétrica, coisas que muitas ainda estão desprovidas. Estas questões colocadas pelos movimentos sociais são de extrema importância, sobretudo se considerarmos que de acordo com a OCDE, o professor brasileiro é um dos que mais trabalham e que menos ganham.

Os professores brasileiros de escolas de ensino fundamental gastam, em média, 25 horas por semana só com as aulas. O número é superior à média de aproximadamente 30 países, como a Finlândia, Coreia, Estados Unidos, México e Cingapura. Lá, os professores gastam, em média, 19 horas por semana ensinando em sala de aula, ou seja, um percentual 24% menor (LIRA, 2014, p. 1).

Além de trabalhar muito e ganhar pouco, os professores brasileiros trabalham em mais de uma escola. A OCDE aponta que no Brasil:

[...] cerca de 40% dos mais de 2 milhões de professores da educação básica dão aulas em cinco ou mais turmas. E aproximadamente 20% deles ensinam em pelo menos dois estabelecimentos. Já em São Paulo, 26% dos professores dão aulas em duas escolas. Os dados são do Censo Escolar 2013, divulgados no início deste ano (2015) pelo MEC (LIRA, 2014, p. 3).

Não bastasse ter que enfrentar essas péssimas condições de emprego e salário, os professores ainda têm que enfrentar as mazelas e alguns arroubos da direita que vez por outra resolve atentar contra esta categoria. Em texto denominado de “O assalto contra os professores brasileiros”, Urariano Mota em 22/05/2015 denunciava as intenções do deputado federal Izalci Ferreira, do Distrito Federal, que por meio do Projeto de Lei n. 867/2015, propõe incluir:

[...] entre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional o “Programa Escola Sem Partido”. O referido PL se encontra desde 6 de abril [de 2015] na Comissão de Educação e fixa como princípio legal, no artigo 3º, que “são vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes” (MOTA, 2015, p. 1).

Junto a este, temos também o Projeto de Lei n. 1.411/2015, do deputado federal Rogério Marinho:

[...] do PSDB do Rio Grande do Norte, que prevê detenção de três meses a um ano, mais multa, a quem for enquadrado pelo novo ataque policial. Se o “criminoso” for um profissional da educação, a pena será endurecida e

aumentará em 1/3. Se um aluno alegar que teve notas baixas, que optou por abandonar o curso ou foi reprovado “em função do assédio ideológico”, a punição será aumentada em 50%. Imaginem [...] o grau de chantagem e calúnia que se arma contra os mestres realizada por filhinhos de papai relapsos e preguiçosos (MOTA, 2015, p. 1).

## Palavras Finais

Para finalizar, chamamos a atenção para duas coisas importantíssimas. Uma é a chamada “Agenda Brasil”, proposta por Renan Calheiros, a outra é o Projeto de Lei do Senado (PLS) n. 131, de 2015, proposto pelo senador José Serra, que altera a Lei n. 12.351, de 22 de dezembro de 2010 e estabelece a participação mínima da Petrobrás no consórcio de exploração do petróleo na camada do pré-sal, bem como a obrigatoriedade de que ela seja responsável pela “condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção”.

Este PLS pode levar à subtração de grande parte dos recursos do fundo criado para financiar a educação e a saúde. Tanto o PLS de José Serra quanto a Agenda Brasil de Renan Calheiros são extremamente nocivos para a educação. Assim sendo, não podemos esquecer que Fernando Henrique Cardoso criou em 1994, o denominado Fundo Nacional de Emergência:

Embora o nome pudesse sugerir algo positivo – um fundo de emergência para a área social, por exemplo –, a medida extraía 20% dos recursos constitucionais dedicados ao financiamento de direitos, como a educação. Naquele momento, a grande imprensa e quase todos os agentes econômicos brasileiros apoiaram a medida. O argumento era a sustentabilidade do Plano Real. Desde então, o mecanismo permanece vivo. Em 2000 ganhou o nome de Desvinculação de Receitas da União (**DRU**) (CARA, 2015, p. 1).

Esta DRU durou até 2009, quando o governo Lula possibilitou:

[...] o fim da incidência da **DRU** na educação, em apoio à pressão da comunidade educacional. Para não desequilibrar as contas públicas, foi negociada uma revinculação gradativa até 2011. Desde 1994, a área perdeu cerca de R\$ 80 bilhões com o mecanismo. Contudo, a incidência da **DRU** para as políticas públicas educacionais nunca esteve tão próxima de retornar (CARA, 2015, p. 1).

A “Agenda Brasil”, ou “Agenda Renan” tem o intuito de eliminar as conquistas da Constituição Federal de 1988, que sempre incomodaram parte da elite econômica brasileira. A Carta Magna deu centralidade aos direitos sociais e determinou que parte

deles, como é o caso da educação, seja financiado por vinculações obrigatórias de receitas tributárias. O Governo Federal deve investir 18% dos impostos que arrecada na área. Estados e Municípios 25% de todas suas receitas, o que para muitos financistas, inclusive do governo, constitui em um empecilho para o pagamento de juros.

A desvinculação destas receitas transformou-se no sonho da modernização conservadora que, por meio das Propostas de Emendas à Constituição (PECs) vem promovendo o processo de desconstitucionalização da república, visando eliminar todos os avanços políticos e sociais conquistados na década de 1980, que a burguesia insiste em chamar de década perdida, desconsiderando todos os avanços sociais daquela década, bem como o surgimento do MST, CUT e todos os outros instrumentos de luta da classe trabalhadora.

### Referências Bibliográficas

APPLE, Michael. Aliança estratégica ou estratégia hegemônica? Conservadorismo entre os desfavorecidos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, set. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n84/a14v2484.pdf>. Acesso em: 6 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Endireitar a educação: as escolas e a nova aliança conservadora. **Currículo sem Fronteiras**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2002a. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/apple.pdf>. Acesso em: 6 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Interromper a direita: realizar trabalho educativo crítico numa época conservadora. **Currículo sem Fronteiras**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2002b. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/appleconf.pdf>. Acesso em: 6 set. 2015.

BRASIL. Lei n. 12.960, de 20 de março de 2014. Brasília/DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm). Acesso em: 2 set. 2014.

AVILA, Róber Iturriet. Os limites atuais da distribuição de renda e riqueza no Brasil. **Brasil Debate**, 16 dez. 2014. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/os-limites-atuais-da-distribuicao-de-renda-e-riqueza-no-brasil/>. Acesso em: 5 fev. 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília/DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 2 set. 2015.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado n. 131, de 215. Brasília/DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/120179>. Acesso em: 6 set. 2015.

CANZIAN, Fernando. A caixa preta do PT. **Folha de S. Paulo**, 27 ago. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernandocanzian/2015/08/1674015-a-caixa-preta-do-pt.shtml>. Acesso em: 7 set. 2015.

CARA, Daniel. Agenda Brasil: a educação pública não está bem, mas pode ficar pior. **UOL Educação**, Blog do Daniel Cara, 25 ago. 2015. Disponível em: <http://danielcara.blogosfera.uol.com.br/2015/08/25/agenda-brasil-a-educacao-publica-nao-esta-bem-mas-pode-ficar-pior/>. Acesso em: 8 set. 2015.

CAVALCANTE, Sávio. Terceirização, a modernização que esconde um retrocesso: entenda o que está em jogo. **Fórum**, 7 abr. 2015. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/geral/terceirizacao-modernizacao-que-esconde-um-retrocesso-civilizatorio/>. Acesso em: 8 set. 2015.

DALE, Roger. The thatcherite project in education: the case of the city technology colleges. **Critical Social Policy**, v. 9, n. 3, dez./1989. Disponível em: [http://www.researchgate.net/publication/249627764\\_The\\_Thatcherite\\_project\\_in\\_education\\_the\\_case\\_of\\_the\\_City\\_Technology\\_Colleges](http://www.researchgate.net/publication/249627764_The_Thatcherite_project_in_education_the_case_of_the_City_Technology_Colleges). Acesso em: 12 jun. 2013.

FATORELLI, Maria Lúcia; Ávila, Rodrigo. Gastos com a dívida pública em 2014 superaram 45% do orçamento federal. **Auditoria Cidadã da Dívida**, 5 fev. 2015. Disponível em: <http://www.auditoriacidadada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>. Acesso em: 5 fev. 2015.

FONEC. Fórum Nacional de Educação do Campo. Oficina de Planejamento 2013-2014. Relatório síntese das conclusões e proposições. Disponível em: [http://ufrr.br/leducarr/index.php?option=com\\_content&view=article&id=50:relatorio-do-forum-nacional-de-educacao-do-campo-fonec&catid=18&Itemid=102](http://ufrr.br/leducarr/index.php?option=com_content&view=article&id=50:relatorio-do-forum-nacional-de-educacao-do-campo-fonec&catid=18&Itemid=102). Acesso em: 3 set. 2015.

LIMA, José Antonio. Estado mínimo em um país sem o mínimo de estado. **Carta Capital**, 2 set. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/estado-minimo-em-um-pais-sem-o-minimo-de-estado-8645.html>. Acesso em: 7 set. 2015.

LIRA, Davi. Professor brasileiro é um dos que mais trabalham, afirma relatório da OCDE. **Último Segundo**, 25 jun. 2014. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-06-25/professor-brasileiro-e-um-dos-que-mais-trabalha-afirma-relatorio-da-ocde.html>. Acesso em: 7 set. 2015.

LOCATELLI, Piero. Nove motivos para você se preocupar com a nova lei de terceirização. **Carta Capital**, 8 abr. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/nove-motivos-para-voce-se-preocupar-com-a-nova-lei-da-terceirizacao-2769.html>. Acesso em: 8 set. 2015.

MOTA, Uraniano. O assalto contra os professores brasileiros. **GGN – O Jornal de Todos os Brasis**, 22 mai. 2015. Disponível em: <http://jornalggm.com.br/blog/urariano-mota/o-assalto-contr-a-os-professores-brasileiros-por-urariano-mota>. Acesso em: 8 set. 2015.

TINEO, Victor. Ainda existem dois brasis, afirma diretor do IPEA. **Brasil de Fato**, 2 set. 2015. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/32843>. Acesso em: 7 set. 2015.

UOL NOTÍCIAS. Distribuição de terras no Brasil é a mesma há 20 anos, diz IBGE. **UOL**, 30 set. 2009. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2009/09/30/ult1808u147291.jhtm>. Acesso em: 12 ago. 2015.

WESSHEIMER, Marco. Faz 20 anos que a esquerda só pensa em eleição. **Sul 21**, 24 ago. 2015. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/faz-20-anos-que-a-esquerda-so-pensa-em-eleicao/>. Acesso em: 8 set. 2015.